



Ano X - Ed. 112
Nov/Dez 2005

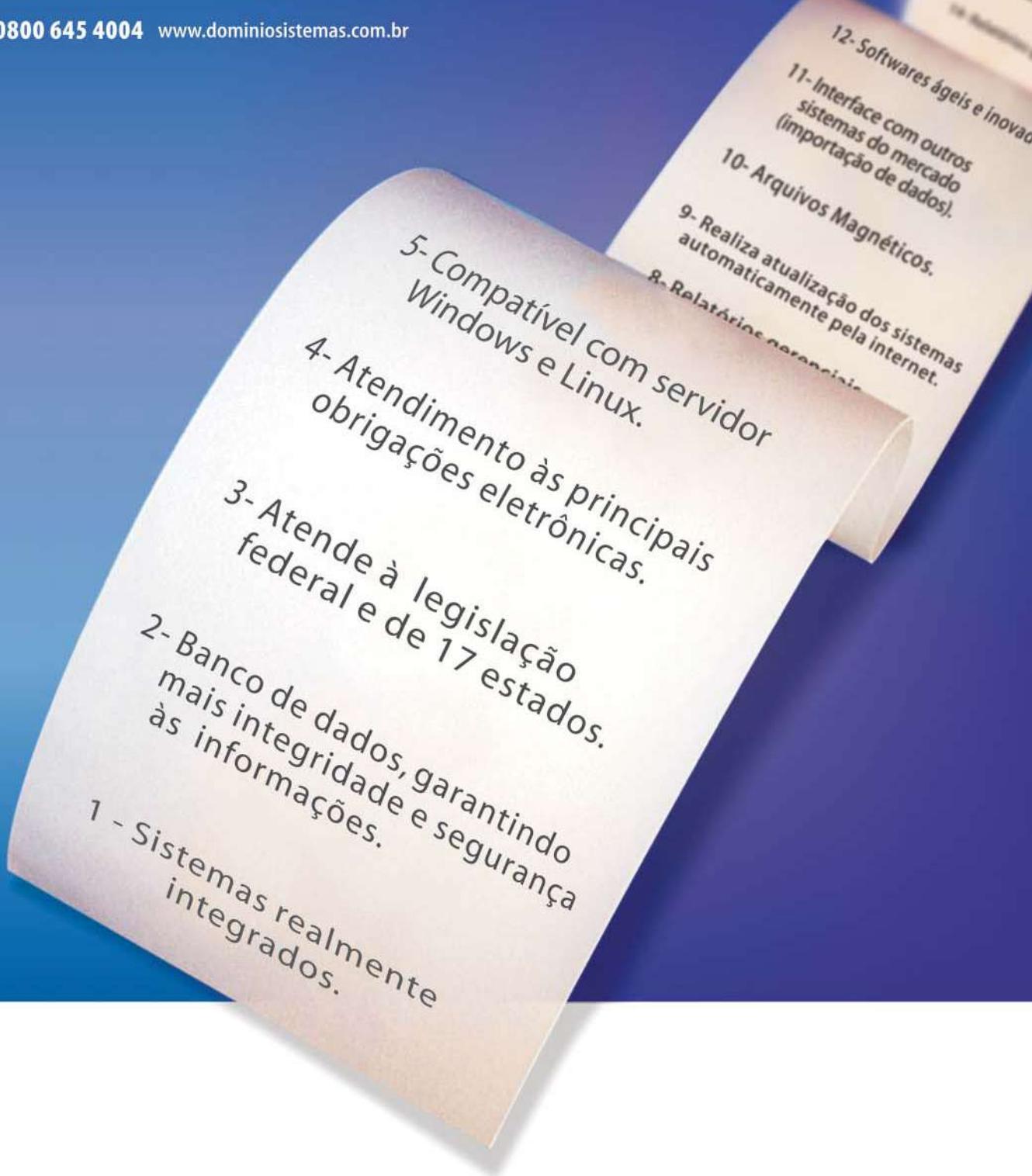
Revista **Fenacon** em Serviços

Contabilidade - Assessoramento - Perícias - Informações - Pesquisas

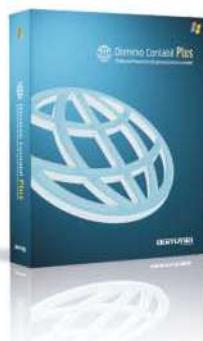
Esperança para as Micro e Pequenas Empresas



Lei Geral das MPE, aprovada na Comissão Especial da Câmara, inclui as empresas contábeis no Simples. O projeto terá de passar ainda pelos plenários da Câmara, do Senado e pela sanção do Presidente da República. Será que a conquista obtida no Congresso sofrerá novo voto do Executivo?



Para os contabilistas, os números dizem muito. Por isso, resolvemos enumerar algumas qualidades de nossos sistemas.



domínio
SISTEMAS

A sua melhor escolha.

DIRETORIA DA FENACON
(Gestão 2004/2007)

Presidente
Carlos José de Lima Castro

Vice-Presidente Institucional
Valdir Pietrobon

Vice-Presidente Região Sudeste
Sauro Henrique de Almeida

Vice-Presidente Região Sul
Renato Francisco Toigo

Vice-Presidente Região Nordeste
José Geraldo Lins de Queiros

Vice-Presidente Região Centro-Oeste
Laércio José Jacomélli

Vice-Presidente Região Norte
Carlos Alberto do Rego Correa

Diretor Administrativo
Antonio Gutenberg Morais de Anchieta

Diretor Financeiro
Roberto Wuthstrack

Diretor de Relações Institucionais
Urubatam Augusto Ribeiro

Diretor de Eventos
Carlos Roberto Victorino

Diretor de Tecnologia e Negócios
Nivaldo Cleto

Diretora de Assuntos Legislativos e do Trabalho
Aparecida Terezinha Falcão

Suplentes
Osíias Chasin

Bruno Ricardo de Souza Lopes
Reinaldo Aparecido Domingos
Paulo Bento

Fernando César Passos Lopo
Antônio Ferreira Neves

Ronaldo Geraldo de Castro
Luiz Valdir Slompo de Lara

Antônio Luiz Amorim Araújo
João Aramayo da Silva
Wladimir Alves Torres

Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior
Anastácio Costa Mota

Conselho Fiscal
Efetivos

Sérgio Approbato Machado
Haroldo Santos Filho
Wilson Wegener

Suplentes

Maciel Breno Schiffler
Valmir Madálio
Almir Dias de Souza

Representação na CNC
Efetivos

Carlos José de Lima Castro
Pedro Coelho Neto

Suplentes
Irineu Thomé
Valdir Pietrobon

Bandida tecnologia

Os espanhóis têm um ditado, hoje famoso em todo o mundo:
Yo no creo en brujas, pero que las hay, ¡las hay! Tão antigo quanto as crenças mais elementares, será que esse ato de descrença e de prevenção pode ser aplicado à tecnologia?

Os profetas dos novos tempos já decretaram: foi-se o tempo dos átomos, surgiu o tempo dos *bytes*. Tudo agora pode ser armazenado em *hard disks*, graças aos avanços da TI (Tecnologia da Informação). Nada mais de papéis mofados sobre pesadas prateleiras de aço ou de madeira. Além de todo o incômodo espacial, causavam alergias diversas, não é mesmo? Agora, tudo é frio, asséptico, inodoro: CDs, DVDs, *pen drives*, *smart cards*. Mas... será que é mesmo assim tão simples?

Pelo andar da carruagem, parece que em pouco tempo trocaremos as pilhas de papéis que nos cercam por outras pilhas, desta vez as mais tecnologizadas: os *hard disks*, os *compact disks* ou outras mídias eletrônicas que venham a ser criadas. Já vislumbro o dia em que usaremos um monte de *pen drives* pendurados no pescoço, tão pesados, a ponto de nos deixar corcundas.

Graças a esse *upgrade* tecnológico, poderemos celebrar o fato de ser ecologicamente corretos, pois, ao deixar de usar papel, estaremos poupando centenas de milhares de milhões de árvores.

Mas as coisas podem não ser tão simples assim. Esquecem que, no mesmo Brasil, existem – pelo menos – dois brasis: um urbano-industrializado-tecnologizado; outro não tão urbano, não tão industrializado, em nada tecnologizado. Afinal, não dá para cobrar inclusão digital, quando a inclusão social ainda depende do Fome Zero. Pelo visto, demoraremos a ter uma Exclusão Digital Zero.

Agora estão a engendrar mais uma façanha: a Nota Fiscal Digital, sem papel, certificada eletronicamente e tudo o mais. Mas... como fazer para atender às localidades em que mal existem telefones, que dirá internet banda larga?

Por outro lado já temos aí, em pleno funcionamento, o T-Rex, com o Sistema Harpia. Que nomes! Um, conhecido por ser o maior predador carnívoro da era dos dinossauros; a outra, por ser a maior ave de rapina existente. Pois bem: T-Rex é o apelido dado ao Tiranossauro Rex, o supercomputador da Receita Federal; Harpia é o sistema que utiliza inteligência artificial para controlar a vida de todos os mortais brasileiros.

Enquanto isso, pairam no ar algumas dúvidas. A primeira delas é sobre a natureza do chamado “caixa dois”. Esse expediente já levou muitos empresários à prisão, por configurar crime. Será um sinal dos tempos que essa prática passe a ser considerada, apenas, imoral? A segunda das dúvidas é: será que o T-Rex e o Harpia vão controlar as movimentações suspeitas de caixa dois, identificadas pelas CPIs? Esse olho de harpia será capaz de alcançar a lavagem de dinheiro? E o T-Rex irá devorar os “tintureiros” dessas lavanderias? Dúvidas, dúvidas, dúvidas.



Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br



08 Esperança para as MPE

Lei Geral das MPE é aprovada na comissão Especial da Câmara. Projeto ainda precisa ser aprovado pelos plenários da Câmara e do Senado

14 A Desburocratização e o Brasil do Século XXI

Em artigo exclusivo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fala dos problemas causados pelo excesso de burocracia no Brasil



16 Fórum em Defesa do Setor de Serviços

Somar esforços para evitar a criação de novos impostos é o principal objetivo do Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços

Seções



24 Responsabilidade Social

Os contribuintes de baixa renda recebem auxílio para prestar contas ao fisco



30 Regionais

Entidades contábeis do Paraná protestam contra a lentidão da Receita Federal e INSS

06 Cartas

07 Gestão Empresarial

Qualidade no setor de serviços

08 Capa

Esperança para as micro e pequenas empresas

13 Impostos

Imposto de PJ: Lei nº 9.249/95 permanece inalterada

14 Especial

A Desburocratização e o Brasil do Século XXI

16 Fórum

Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços

19 Política

Depois de José Dirceu

20 Contabilidade

Reavaliação de bens: conflito da legislação tributária e societária

22 Opinião

A Super-Receita e o jogo legislativo

23 MP 258/05

Super-Receita tramita na Câmara em regime de urgência

24 Responsabilidade Social

Sindicatos ajudam contribuintes a fazer Declaração de Isento

26 Comportamento

Timidez no trabalho

27 MP do Bem

Renúncia temporária ou estímulo permanente?

28 Homenagem

29 Fenaccon

30 Regionais

34 Livros

A arte da estratégia. Pense grande, comece pequeno e cresça rápido!



Este espaço está reservado para cartas dos leitores, que poderão ser enviadas para o endereço da Fenacon em Brasília, ou pelo e-mail comunica@fenacon.org.br.

Comentários, sugestões de pauta e críticas serão bem-vindos, mas a redação se reserva o direito de resumir as correspondências, para efeito de adequação de espaço, mantendo a fidelidade ao texto.

Congratulações

● *Prezados Senhores,*

Estamos realmente de parabéns, todos nós, pela luta constante que a Fenacon vem praticando para nosso segmento, com a inclusão de nossa categoria no Simples.

Vamos continuar. Temos muito que melhorar ainda!

J.P.A. Júnior

Leal Contábil e Consultoria

Congratulações II

● *Aplaudo o movimento dos colegas sobre a questão do Simples. Tal como está, fere a isonomia, ao que determina o artigo 150 da Constituição. Como a Carta Magna não tem muitas vezes merecido respeito dos nossos políticos, especialmente no que tange a tributos, a campanha da Fenacon é o caminho certo e tem todo o meu aplauso.*

Cordialmente,

Contador Prof. Antônio Lopes de Sá

Belo Horizonte, MG

Agradecimento

● *Ilustríssimo Senhor Carlos José de Lima Castro, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, cumprimentando-o cordialmente, agradeço a especial deferência com o gentil envio da Revista Fenacon em Serviços.*

Atenciosamente,

Mauro Benevides

Deputado Federal

Brasília, DF

EXPEDIENTE

A Revista Fenacon em Serviços

é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Conselho Editorial
Diretoria-Executiva

Coordenação Editorial
AP Vídeo e Comunicação
apvideo@uol.com.br
(61) 3223-0043

Redação
Mariana Pereira
Marilda Bezerra

Jornalista Responsável
Marilda Bezerra
Registro Profissional 3678JP – DF

Revisão
Pablo de Oliveira Vilela

Anúncios
Pedro A. de Jesus
Tel.: (11) 3875-0308

Projeto Gráfico e Diagramação
versata.com.br

Impressão e Acabamentos
Prol Editora Gráfica

Auditória de Circulação
Premium Consultoria
Contábil Ltda.

Tiragem
50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços
não se responsabiliza pelos
conceitos emitidos nas matérias
ou artigos assinados.
Os anúncios veiculados são
de inteira responsabilidade
dos anunciantes.

Setor Bancário Norte, quadra 2,
bloco F, lote 12, salas 904 a 909
Edifício Via Capital
CEP 70040-000 – Brasília-DF
Telefax: (61) 3327-0002

Home page: www.fenacon.org.br
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

Qualidade no Setor de Serviços

Adm. Rui Otávio Bernardes de Andrade*

Pesquisa de 2004, realizada pelo Sebrae, revela que a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas (MPE) no Brasil é da ordem de 50% para as que conseguiram se manter no mercado num período de dois anos e de 60% no período de quatro anos. Tal fato, além do prejuízo financeiro, causa um forte impacto social, principalmente pela perda de inúmeros postos de trabalho. Das empresas que conseguiram sobreviver, a pesquisa aponta como principais fatores determinantes para o sucesso empresarial o bom conhecimento do mercado, uma boa estratégia de vendas, além de uma administração profissional da organização.

Esse pequeno comentário sobre a pesquisa do Sebrae ilustra a importância das organizações em ter bons administradores. No Brasil, o potencial da força de trabalho dos administradores é de mais de 1,5 milhão de bacharéis em Administração que poderiam estar exercendo de forma eficiente, eficaz e efetiva a sua profissão, caso a sociedade tivesse mais consciência de sua real importância na gestão das organizações, o que certamente reduziria as taxas de mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras.

A busca pela qualidade total, pelo aumento da produtividade e da eficiência gerencial proporcionou a redução de custos operacionais e aumentou o padrão de qualidade dos produtos e processos. Com o surgimento de novas tecnologias, com os ciclos de vida de produtos mais curtos e com a velocidade dos acontecimentos, as organizações precisam, de vez, acordar para mais um elemento essencial à sobrevi-

vência de um negócio: a estratégia.

A gestão estratégica tem como objetivo realizar ganhos substanciais por meio de projetos estratégicos e uma gestão operacional dos processos, com a finalidade de produzir melhorias incrementais e contínuas.

Partindo-se de um modelo de gestão estratégica, o sistema de qualidade de uma organização deve estar estruturado para estabelecer controle adequado e garantia sobre todos os processos operacionais que afetam a qualidade do serviço, enfatizando ações preventivas para que se evite a ocorrência de problemas.

O cálculo e a avaliação dos custos associados a todos os elementos e objetivos da qualidade devem constituir sempre uma consideração importante na definição de uma estratégia. Da mesma forma, a responsabilidade pela política da qualidade e o comprometimento com ela deve caber ao responsável pelo negócio.

A descrição da estratégia pela busca da qualidade, em geral, irá se traduzir num documento chamado Manual de Qualidade, cuja principal finalidade é servir de referência permanente para a implementação

A qualidade no setor de serviços ainda poderá ser melhorada com medidas simples



e manutenção do sistema de gestão de qualidade a ser adotado. A eficácia dos elementos deste sistema de qualidade deverá ainda ser medida por verificações periódicas, a fim de se avaliar a necessidade de melhorias ou ações corretivas.

A qualidade no setor de serviços ainda poderá ser melhorada com medidas simples, como: atentar para novas ferramentas como o marketing de serviços; informar ao cliente a qualidade dos serviços prestados, a fim de criar uma expectativa adequada; definir padrões de serviço que possam ser avaliados; planejar os sistemas de atendimento ao cliente; e informar aos funcionários da empresa os padrões de qualidade a serem mantidos.

São medidas simples como estas, de conhecimento dos administradores profissionais, que os proprietários de empresas devem ter como preocupação, para que juntos possam construir uma estratégia empresarial, de acordo com o foco do negócio, evitando-se, assim, os graves problemas de gestão que afetam a grande maioria das empresas e os prejuízos deles decorrentes.●

*Presidente do Conselho Federal de Administração, Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Esperança para as micro e pequenas empresas

LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS É APROVADA
NA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA. PROJETO QUE PREVÊ, ENTRE OUTRAS
INICIATIVAS, A SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA AINDA PRECISA SER APROVADO
PELOS PLENÁRIOS DA CÂMARA E DO SENADO



A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi finalmente aprovada, por unanimidade, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O projeto, considerado um avanço para o processo de reforma tributária no País, institui o chamado Simples Nacional, que unifica oito tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários.

A aprovação contrariou a Receita Federal, que preferiria adiar a votação por discordar de pontos do texto, mas não teve nem o apoio do PT. Por temer perdas de receita previdenciária, o órgão foi contra a inclusão, no Simples, de quatro grupos de prestadores de serviço – contabilidade, construção civil, corretores de imóveis e propa-



Dep. José Pimentel

ganda e marketing – no relatório do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). “As perdas foram concentradas na União. Estados e Municípios não perderão nada com a Lei”, disse Hauly.

No entendimento da Fenacor, a Previdência Social, os estados e os municípios não vão perder arrecadação porque uma série de empresas, hoje na informalidade, passará a contribuir com a Receita. De acordo com o presidente da Fenacor, Carlos Castro, a lei diminui a burocracia, concede vantagens tributárias e viabiliza negócios –

um convite à geração de empregos e à arrecadação de impostos. “A lei cumpre um papel social relevante, que é promover o desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades”, disse Castro.

Será que as empresas contábeis vão sofrer o terceiro voto presidencial?”, questiona o presidente da Fenacor, Carlos Castro. Na avaliação dele, a Lei Geral somente cumprirá seu papel social se as empresas prestadoras de serviços forem incluídas no Simples. “Nesse momento, só conseguimos incluir as empresas contábeis e, mesmo assim, não sabemos até quando, pois elas já sofreram dois vetos presidenciais”. Castro deixou claro que a Fenacor continuará a luta para garantir a inclusão desse segmento empresarial no Simples.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, deputado Gerson Gabrielli (PFL-BA), o parecer aprovado pela Câmara é resultado de uma negociação tensa e difícil. “O fato é que temos de aprovar essa lei, mesmo não sendo a ideal”, ressaltou Gabrielli. “Não ganhamos uma guerra e sim uma batalha”. Aprovado na comissão, o relatório já pode ser votado no plenário da Câmara.

Segundo o presidente da Comissão Especial, deputado Carlos Melles (PFL-MG), o Executivo vê a lei somente sob a ótica fiscal, o que dificultou bastante as negociações para a aprovação do parecer. No que se refere ao setor de serviços, completou Melles, o relator do projeto teve de fazer concessões desde o início. Entretanto, os setores do comércio e da indústria tiveram “ganhos fantásticos”, ponderou.

Há seis meses, o anteprojeto da lei foi entregue aos presidentes da República, do Senado e da Câmara. Na ocasião, a Frente Empresarial pela Lei Geral e o Sebrae, idealizador do projeto, reuniram, em Brasília,

mais de quatro mil pessoas. “O Sebrae assumiu a responsabilidade de atender ao micro empresário. Ouvimos mais de seis mil empreendedores em todo o País e contratamos os melhores especialistas para ela-



Dep. Gerson Gabrielli

borar a Lei Geral”, lembrou o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Os micro e pequenos empresários ganharão muito, caso a Lei Geral seja aprovada pelo Congresso: a tributação sobre o faturamento desonera a folha de pagamentos, o sistema de alíquota única reduzirá consideravelmente a burocracia e a fiscalização e a alíquota que vigorará durante o ano será determinada pelo faturamento do ano anterior.

A Lei

O segmento das micro e pequenas empresas é o que mais sofre com a burocracia no Brasil, já que é tratado da mesma forma que as empresas de médio e grande porte. Além disso, enfrenta as mesmas etapas para abrir ou fechar um novo empreendimento. De acordo com o consultor de políticas públicas do Sebrae, André Spínola, atualmente uma empresa gasta, em média, R\$600 a R\$700 em taxas.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, iniciativa do Sebrae, veio para mudar esse quadro e dar

maior competitividade às empresas de pequeno e médio porte brasileiras. Elas representam hoje 99% do total de empreendimentos do País, 60% dos empregos existentes e contribui com 20% do PIB. Os pequenos negócios são responsáveis por 95% dos novos empregos líquidos gerados a cada ano, segundo o Sebrae.

André Spínola explica que, além de facilitar a abertura e o fechamento de empresas, a lei prevê a redução da burocracia do dia-a-dia de um empreendimento. Propõe o chamado Cadastro Unificado, que prevê o recolhimento mensal, por meio de um único documento, de contribuições, taxas e impostos federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSL, INSS sobre folha de salários), distritais (ICMS e ISS), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). “O empresário poderá abrir e fechar seu empreendimento por meio da inscrição no CNPJ, com registro simplificado”, explicou.

Além de facilitar a abertura e o fechamento de empresas, a lei prevê a redução da burocracia do dia-a-dia de um empreendimento

Atualmente, quem não opta pelo Simples tem de calcular os valores de cerca de dez tributos diferentes, preencher as respectivas guias de cada um deles, informar dados em diversas declarações e fazer o pagamento em várias datas diferentes.

Outra sugestão da lei é a dispensa da vistoria prévia obrigatória para estabelecimentos que não ofereçam riscos ao consumidor e ao funcionário, como é o caso de

empresas de contabilidade e videolocadoras. “Existem casos em que a vistoria pode demorar de dois a três meses”, ressaltou Spínola. “Além disso, a empresa deve estar completamente pronta para receber a vistoria, ou seja, até que ela seja realizada, o empreendimento fica ocioso, o aluguel correndo e o negócio parado”.

No texto aprovado, para as atividades comerciais, o tributo terá 22 alíquotas, partindo de 4% – faturamento anual de até R\$60 mil – até chegar a 11,61%, para empresas com faturamento entre R\$2,28 milhões e R\$2,4 milhões.

O teto para uma empresa ser enquadrada no conceito de micro-empresa ficou em R\$240 mil de receita por ano. Para as atividades industriais, a tabela sofrerá acréscimo de 0,5 ponto percentual em cada faixa, ou seja, irá variar de 4,5% até 12,11%.

A tabela para as empresas prestadoras de serviços, na qual se

Partilha do Simples Nacional – Serviços

VALOR	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	INSS	ISS
Até 60.000,00	6,00%	0,00%	0,39%	1,19%	0,00%	2,39%	2,04%
De 60.001 a 90.000,00	6,72%	0,00%	0,44%	1,32%	0,00%	2,64%	2,27%
De 90.000,01 a 120.000,00	6,96%	0,00%	0,47%	1,38%	0,00%	2,76%	2,37%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,54%	1,62%	0,00%	3,26%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,48%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,41%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,59%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,59%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,63%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,63%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,71%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,71%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,72%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,78%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,80%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,80%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,81%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

inclui a construção civil, terá acréscimo de 50% sobre a tabela comercial, o que representa variação nas taxas de 6% até 17,42%.

Luta da Fenacon

Nos meses de novembro e dezembro, a diretoria da Fenacon fez plantão nos corredores da Câmara dos Deputados para acompanhar a votação do substitutivo do relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Além de pedir para agilizar a votação na Comissão Especial, a Fenacon queria se certificar de que as empresas por ela representadas seriam incluídas no Simples. Essa foi uma luta empreendida até o último momento da votação.

No último dia 7 de dezembro, em uma das reuniões da Comissão Especial, foi divulgada a notícia de que as empresas contábeis não seriam incluídas no Simples. Diante do fato, a Fenacon partiu para mobilização de parlamentares em defesa da inclusão desse segmento empresarial no Simples. Todos os integrantes da Comissão Especial foram contatados, por meio de carta e encontros pessoais. A Fenacon argumentou que o setor



Vice-presidente Institucional, Valdir Pietrobon, discute a Lei Geral com parlamentares e assessores do Sebrae

de serviços também merecia ser incluído no Simples.

Outra preocupação da Fenacon é com a desburocratização dos procedimentos de abertura, manutenção e baixa de empresas. No dia 10 de novembro, o vice-presidente institucional, Valdir Pietrobon, reuniu-se com o deputado

Luiz Carlos Hauly, relator da Lei Geral, e entregou ao parlamentar, entre outros documentos, pesquisa que trata da abrangência do Simples para empresas de serviços e cópia do anteprojeto de lei elaborado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), que se encontra na Casa Civil. O deputado esclareceu que o seu parecer contempla grande parte do conteúdo do anteprojeto elaborado pelo DNRC em conjunto com a Fenacon.

No mês de novembro, os diretores da Fenacon estiveram também no gabinete do senador Fernando Bezerra, coordenador do grupo de trabalho criado para elaborar estudos e propor medidas de desburocratização para acompanhar os trabalhos do grupo.

Foi entregue ao Senador todo o material referente ao trabalho que a Fenacon tem elaborado sobre a simplificação dos procedimentos de abertura e baixa de empresas.

No dia da votação, 13/12, a Fenacon esteve representada pelo



Deputado Luiz Carlos Hauly; Valdir Pietrobon, vice-presidente institucional; Terezinha Falcão, diretora para assuntos legislativos; e Antonio Gutenberg, diretor administrativo da Fenacon.



Reunião da Comissão Especial das Micro e Pequenas Empresas

vice-presidente institucional, Valdir Pietrobon, e pelo diretor administrativo, Antonio Gutemberg. O presidente do Sescon-DF, Paulo Terra, também acompanhou a votação. Foram afixadas faixas na comissão e distribuídos bôtons com a seguinte frase: "A empresa de serviços também merece ser simples".

Senado

Apesar do ambiente conturbado por causa da crise política, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), conseguiu em apenas 30 dias reunir uma comissão especial para estudar uma proposta para desburocratizar a abertura e o fechamento de empresas.

Ao mesmo tempo, Bezerra decidiu antecipar as negociações para a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. "Vamos mexer em duas áreas. No caso da lei, nós tomamos a iniciativa de nos antecipar, já que a proposta está tramitando na Câmara", disse o senador.

O fim da burocracia para a abertura e o fechamento de empresas é uma questão que depende diretamente do Executivo. Basicamente, essa é a conclusão do relatório sobre estudos feito por Bezerra no grupo formado junto com os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Luiz Otávio (PMDB-PA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Estudo Banco Mundial

A burocracia é um dos grandes entraves para o desenvolvimento econômico do País, porque dificulta a livre iniciativa de cidadãos empreendedores. Abrir uma empresa leva tempo e gastos; fechar, pior ainda. O resultado é um número enorme de microempresários atuando na informalidade, o que a médio prazo culmina na perda de arrecadação para o governo.

Sem receita, governo tem dificuldade de fazer investimentos, o que gera problemas na criação de novos postos de trabalho – dos 10 milhões prometidos na

campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, só foram criados 3,5 milhões até agora – e no aumento do Produto Interno Bruto, que registrou uma queda de 1,2 no último trimestre.

Relatório do Banco Mundial “Fazendo Negócios em 2006” revela que as economias latino-americanas e caribenhas estão aumentando o ritmo das reformas para ajudar as pequenas e médias empresas a gerar mais empregos, mas os pesados ônus legais sobre os negócios permanecem na maioria dos países da região, segundo o estudo que foi realizado em 155 países.

De acordo com a pesquisa, levam-se aproximadamente 152 dias para registrar e formalizar um empreendimento no Brasil. Além disso, o empresário precisa percorrer um caminho de 15 etapas, que vai desde a redação do contrato social elaborado por um advogado ou contabilista, até o registro do estabelecimento comercial.

Outros problemas, segundo o documento, são os tribunais burocráticos e os impostos elevados e complexos. Uma empresa no Brasil faz 23 pagamentos distintos de impostos por ano e gasta 2.600 horas para cumprir todas as exigências do fisco. Nos países-membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), pagam-se em média 16 impostos. A alta carga tributária cria incentivos à evasão, levando muitas empresas para a economia informal e, consequentemente, gerando menos arrecadação para o governo.

Todas essas exigências contribuíram para que o Brasil alcançasse a 119ª posição, entre os 155 países do mundo, em complexidade para se dar o primeiro passo na hora de formalizar o negócio. Perde para vários países sul-americanos, como Argentina (77ª), Chile (25ª), Paraguai (88ª) e Equador (107ª). ●

Imposto de PJ: Lei nº 9.249/95 permanece inalterada

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal aprovou, no dia 14 de dezembro, o parecer do deputado Carlos Willian, ao Projeto de Lei nº 1.129/2003, que altera a Lei nº 9.249/95, que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. O relator acatou a sugestão da Fenacon e dos Sescons e seu parecer foi pela rejeição da alteração da Lei nº 9.249/95, que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

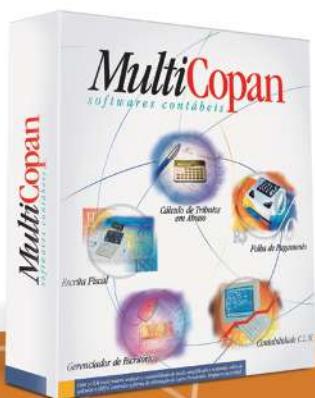
A supressão do art. 10 da Lei nº 9.249/95, proposta no PL nº 1.129/2003, implicaria a incidência do imposto sobre rendimentos dos investidores. Segundo o relator, deputado Carlos Willian, como a pessoa jurídica é obrigada a recolher o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, nada mais justo que os seus sócios ficarem livres do pagamento de imposto em duplicidade sobre o mesmo fato econômico.

A Fenacon e o Sescon-SP acompanharam a votação na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara Federal. ●



Valdir Pietrobon, vice-presidente institucional da Fenacon, deputado Carlos Willian e Sérgio Approbato Machado Júnior, vice-presidente administrativo do Sescon-SP

Sua empresa 5 vezes mais ágil.



MultiCopan

Com cinco softwares contábeis, o **MultiCopan** vai acelerar os negócios de sua empresa. A contabilidade de sua empresa vai trabalhar com velocidade e eficiência de sobra. Os 5 sistemas são integrados: Folha de Pagamento, Escrita Fiscal, Contabilidade C.L.M., Cálculo de Tributos em Atraso, Gerenciador de Escritório.

0800-7702040

SP: Campinas, Praia Grande, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba. ES: Vitória. AP: Macapá





A Desburocratização e o Brasil do Século XXI

Senador Renan Calheiros*

A palavra “burocracia” não é nova nos idiomas ocidentais, remontando à França do século XVIII. A burocracia estava relacionada ao exercício do poder pelos escritórios e pelas repartições públicas do governo francês.

Muitos anos depois, a aplicação do termo “burocracia” foi difundida, nas obras de natureza sociológica de Max Weber. De acordo com Weber, a burocracia representaria uma estrutura organizacional, caracterizada pelo uso de procedimentos regulares, pela divisão de responsabilidades, pela hierarquia e pelas relações impersonais, sobretudo no que diz respeito à administração pública.

Considerando-se o estado de precariedade e ineficiência da grande maioria das repartições públicas em vários países, sobretudo nas economias influenciadas pela noção de economia de mercado – em que atributos administrativos como agilidade, eficiência, produtividade e economicidade são muito valorizados –, a palavra “burocracia” tem sido utilizada para se referir a repartições públicas num sentido crítico e debochado.

Passando para a análise do presente, o momento da administração pública brasileira

impõe a todos nós ampliar o sentido dessa palavra.

Isso se deve ao fato de que o Brasil atravessa um período de profundas transformações. Tais mudanças têm ocorrido de modo contundente nos campos social, econômico e político, provocando fortes necessidades, não apenas de simplificações de processos e de reduções de custos, mas de modernização e de adaptação nas relações entre agentes da sociedade – econômicos, sociais ou políticos – e nas instituições e estruturas administrativas que influem na economia.

Esse é o ponto central da questão que nos motiva a rediscutir, de forma ampliada, o “instituto” da burocracia no nosso país e as formas mais adequadas e desejadas de desburocratizar o Brasil – uma desburocratização maior, que libere a ação de todos. A discussão não deve ficar restrita às repartições públicas, a um ou a outro Poder

de Estado, à esfera municipal, estadual ou federal. Ela deve ser uma desburocratização ampla, que facilite as relações de entendimento em todas as áreas de interesse: nos três Poderes do Estado e em todas as esferas político-administrativas; na administração pública direta e indireta; nas agências reguladoras e nas concessionárias de serviço público; no consumidor e no empresário, na grande e na pequena empresa; nas ONGs e nas OSCIPs; nos sindicatos e nas associações representativas da sociedade; no setor público e no setor privado.

Creio, assim, que devemos pensar na desburocratização como uma ação integrada, no âmbito de toda a sociedade organizada. Esse movimento deve ter um senso único, holístico, harmônico, não vacilante e com o apoio de todos. Acredito que, desta forma, conseguiremos obter um resultado verdadeiramente exitoso em todo esse processo.

Isso tudo é possível.

Obviamente, podemos pensar que, em parte, o uso de ferramentas e recursos tecnológicos aliados a um bom planejamento de curto, médio e longo prazos podem ser bastante úteis e trazer, indubitavelmente, grandes resultados. Mas, também, cabe uma especial atenção à possibilidade de se utilizar as inestimáveis capacidades de trabalho e de auto-superação do povo brasileiro, que

Devemos pensar na desburocratização como uma ação integrada, no âmbito de toda a sociedade organizada

podem promover uma melhor organização e um melhor entendimento entre as instituições, as organizações e o setor privado da economia. Soma-se a isso a oportunidade que temos, gerada pelo aumento da capacitação, do nível educacional e da formação profissional do brasileiro, que, a cada ano, apresenta resultados quantitativa e qualitativamente melhores.

Por tudo isso, eu acredito, sinceramente, que devemos buscar a desburocratização do Brasil, neste momento, perseguindo uma grande e inquebrantável integração e um maior entendimento de toda a sociedade. Poderemos, desta forma, modernizar e alavancar a nossa economia, queimando etapas, o que trará benefícios de outras naturezas, como os sociais.

Alerto, porém, que devemos desburocratizar sem

Alerto, porém, que devemos desburocratizar sem desorganizar. Devemos crescer e nos desenvolver sem medo

desorganizar. Devemos crescer e nos desenvolver sem medo, sem receios, sem dúvidas. Devemos pensar o País no tamanho que é possível tê-lo – muito além do nosso atual estágio de desenvolvimento.

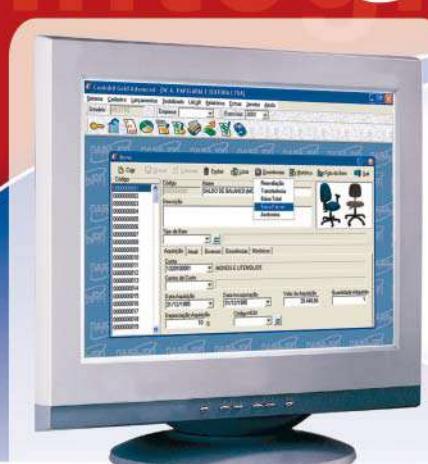
E não é por outro motivo que constituímos, no âmbito do Senado Federal, um Grupo de Trabalho da Desburocratização e Simplificação, para sugerir aperfeiçoamentos institucionais e

legislativos, visando a eliminar ou reduzir os trâmites burocráticos nas relações entre os cidadãos, as empresas e o Estado. Não se trata de uma solução única, mas de uma iniciativa que, mesmo isolada, poderá alavancar muitas outras semelhantes até atingirmos a transformação desejada.

O grupo, presidido pelo senador Fernando Bezerra, está recolhendo e processando todas as contribuições que lhe sejam oferecidas. Reside aí uma excelente oportunidade para aprimorar as instituições públicas. Ao final, serão os resultados apresentados na forma do crescimento equilibrado do País a melhor evidência do nosso compromisso com a desburocratização.●

***Senador Renan Calheiros
é presidente do
Senado Federal**

Produza mais com o software Integragto Contábil



Veja demonstração online em
www.nasajon.com.br

CONTABILIDADE

- Acesso a exercícios anteriores.
- Segunda moeda.
- Plano de contas contábil e gerencial.
- Gráfico de orçado/realizado.
- Controle de patrimônio.
- DOAR/LALUR.

ESCRITA FISCAL

- Lançamentos fiscais de ajustes.
- Emissão do REMAS e RAPIS.
- Exportação para o SINTEGRA.

FOLHA DE PAGAMENTO

- RAIS, DIRF, CAGED GFIP e outros.
- Ficha com foto do funcionário.
- Rápida inserção de folhas anteriores.

RECURSOS HUMANOS

- Recrutamento, seleção e treinamento.
- Avaliação de desempenho e benefícios.



MADE GESTÃO CERTIFICADA
ISO 9001
NASCER - DIVERSIS

NASAJON
SISTEMAS

Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços

SOMAR ESFORÇOS PARA EVITAR A CRIAÇÃO DE NOVOS IMPOSTOS É O PRINCIPAL OBJETIVO DO FÓRUM EM DEFESA DO SETOR DE SERVIÇOS

No decorrer deste ano, a Fenacon, por meio da Diretoria para Assuntos Legislativos e do Trabalho e das vice-presidências regionais, apoiou e incentivou os sindicatos filiados a implantar, em seus estados, Fóruns Permanentes de Defesa do Setor de Serviços.

Para o presidente da Fenacon, Carlos Castro, é importante que as entidades representativas do setor de serviços somem esforços a fim de evitar a criação de novos impostos e o aumento das alíquotas já existentes. “Num país que luta para criar empregos, reduzir a pobreza, gerar renda, não faz sentido que esses profissionais – que geram postos de trabalho, têm efeito multiplicador sobre a geração de renda e estão na economia formal – sejam massacrados pela sanha tributária”, explica Carlos Castro.

Formado por entidades representativas do setor de serviços, o fórum é uma organização sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo contribuir para a defesa dos interesses e direitos da sociedade perante os poderes públicos. A principal luta do fórum é contra o aumento da carga tributária, nas

esferas municipal, estadual e federal. Assim, o fórum registra uma importante vitória, que foi a derrubada da Medida Provisória nº 232.

São Paulo

Uma experiência que serviu de marco inicial para a criação do fórum ocorreu em São Paulo, capital, no final de 2002: o Sescon-SP, na gestão do então presidente Carlos Castro, motivado pela aprovação da Lei Municipal nº 13.476, que aumentou a alíquota de recolhimento do ISS em patamares con-

fiscatórios. Para as sociedades de profissionais (médicos, dentistas, contabilistas, engenheiros, arquitetos, advogados e outros), o acréscimo foi de 500%.

Além disso, criava novas obrigações para sociedades do setor de serviços, como a emissão de notas fiscais e a escrituração de livros, inclusive o de serviços tomados e a entrega de declarações fiscais.

Nessa ocasião, o Sescon-SP articulou-se com outras entidades do setor de serviços para canalizar melhor a força e representatividade



Reunião do Fórum de Defesa do Setor de Serviços de São Paulo

Objetivos do Fórum Permanente

- Defender o setor de serviços perante anomalias tributárias, existentes ou que forem propostas.
- Articular todas as entidades do setor de serviços para compartilhar informações e traçar estratégias de combate à sobretaxação, nos contextos municipais e estaduais onde atuem.
- Pressionar as Câmaras de Vereadores, Assembléias Estaduais e Congresso Nacional a não votar novas leis que criem ou majorem impostos, contribuições e taxas pagas pelos profissionais e empresas do setor de serviços.
- Denunciar irregularidades e ilegalidades praticadas pelos fiscos municipais, estaduais e federal.
- Exigir dos dirigentes municipais, estaduais e federais uma atuação que valorize a justiça fiscal.

para lutar contra aquela lei. Das reuniões nasceu o Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços, em ato público contra a agressão tributária ao setor de serviços.

Desse trabalho surgiram as ações estratégicas para questionar na Justiça essa legislação expropriatória do ISS. Com um expressivo número de ações judiciais, cujas liminares foram concedidas, foi suspenso o aumento do tributo e a exigibilidade das novas obrigações acessórias.

Segundo Antonio Marangon, presidente do Sescon-SP, o fórum em São Paulo é bastante atuante. “São 45 entidades do setor de serviços, indústria e comércio que se reúnem periodicamente e somam esforços para o reconhecimento da importância desse segmento para a economia nacional”. Para Marangon a revisão da legislação do ISS em São Paulo e a manutenção do mesmo nível de tributação na adaptação à Lei Complementar nº 116/2003 são as duas principais vitórias do fórum.

Diante das conquistas de São Paulo, outros sindicatos se interessaram pela idéia e implantaram, em seus estados, fóruns semelhantes, como Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Pernambuco

Para o presidente do Sescap-PE, Adelvani Braz da Silva, o Fórum de Defesa do Setor de Serviços em Pernambuco funciona de forma semelhante ao de São Paulo e já

apresentou resultados positivos. “A maior conquista do fórum é o fortalecimento do setor de serviços, que cresceu intensamente em Pernambuco nas últimas décadas e hoje representa a maior parcela da economia estadual”, explica Adelvani.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, o fórum está em fase de implantação. Já foram feitos contatos com dirigentes da Associação Comercial do Estado de Minas Gerais, que recebeu, com entusiasmo, a idéia de unir esforços em defesa do setor de serviços.

João Batista de Almeida, presidente do Sescon de Minas Gerais, afirma que o fórum em Minas Gerais – em processo de instalação – pretende trabalhar para diminuir a distância entre a Secretaria da Receita Federal e os profissionais do setor. “Hoje a receita muda a legislação, cria novas exigências, que muitas vezes não têm o menor sentido, sem ouvir os representantes do setor”, explica João Batista.

Na opinião do presidente do Sescon de Minas Gerais, o fórum deve seguir uma forma própria de funcionamento e priorizar as lutas de acordo com as demandas locais.

Ceará

Em 2006, o Ceará também deve ter o Fórum em Defesa do Setor de Serviços funcionando. Essa informação é do presidente do Sescap-CE, Pretextato Quaresma. “Estamos trabalhando para implantar o fórum aqui no Ceará. Já foram

feitos contatos com as entidades locais, mas o fórum só vai começar suas atividades no próximo ano”, explica Quaresma.

Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro também houve uma articulação que deu origem à Frente de Fortalecimento dos Prestadores de Serviços. Segundo Guilherme Tostes, presidente do Sescon-RJ, o evento de implantação da Frente, reuniu várias entidades representativas do setor de serviços, como Sindicatos



Instalação do Fórum no Rio de Janeiro

das Empresas de Informática e Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ).

Para Tostes, o mais importante do fórum é reunir parlamentares que possam defender, no Congresso Nacional, o setor de serviços. O fórum também pretende criar um ambiente de negócios calcado na ética e na legalidade e desestimular a informalidade. Outra frente do fórum de Minas Gerais é a criação de políticas de fomento do setor de serviços.

em Defesa do Setor de Serviços

- Ajuizar ações nas instâncias judiciais adequadas todas as vezes em que ações administrativas ou normas ferirem a Constituição ou a sustentabilidade e viabilidade econômico-financeira do setor de serviços.
- Educar os contribuintes de todos os setores produtivos e também os consumidores, alertando-os para as parcelas de impostos e taxas embutidas nos preços finais dos serviços, a fim de que também eles se tornem nossos aliados na luta por menores contribuições, taxas e impostos.
- Orientar o Poder Legislativo sempre que for solicitado sobre assuntos relativos a impostos e obrigações acessórias.

Como constituir um Fórum Permanente de Serviços?

Inicialmente, a entidade local (sindicato, associação) vinculada à Fenacon deve aprovar no seu fórum interno (diretoria, conselho, assembléia) as ações visando à articulação com as outras entidades.

O sindicato associado local da Fenacon assume a liderança do fórum, tanto em função do pioneirismo na constituição do fórum, quanto por ser detentor de informações de qualidade no que diz respeito aos tributos existentes e sobre as consequências de novas propostas.

Uma vez aprovada a iniciativa, deve ser feito um convite a todas

as outras entidades (municipais, regionais ou estaduais) que congreguem profissionais prestadores de serviços, em circular, na qual sejam explicadas as circunstâncias, as motivações e os propósitos de criação do fórum.

Após aceito pelas outras entidades, deve-se eleger um corpo diretivo, para liderar os passos seguintes, já congregando os interesses das várias categorias profissionais engajadas. Nessa primeira reunião devem ser selecionadas, também, as prioridades de atuação.

Escolhidas as prioridades, devem ser apontadas às autoridades ou lideranças políticas que podem influenciar na deliberação em torno dessa política específica. Prefeitos, vereadores, deputados, senadores, líderes partidários e outras lideranças econômicas e políticas devem ser procurados.

A coordenação das atividades e a secretaria do fórum podem ser exercidas pelo sindicato filiado à Fenacon. As reuniões plenárias podem ser realizadas em sistema de rodízio nas sedes das entidades participantes.

Soluções

- ◆ Folha de Pagamento
- ◆ Escrita Fiscal + Impostos + Livro Caixa
- ◆ Contabilidade + LALUR + Ativo
- ◆ Administrador de Escritório Contábil + Financeiro + Cálculo de Impostos em Atraso
- ◆ Gerenciador de Ponto
- ◆ Relógio Ponto com Biometria (impressão digital ou crachá)
- ◆ Gerenciador Eletrônico de Documentos
- ◆ Faturamento
- ◆ Financeiro
- ◆ Estoque

BOLETIM Cenofisco/Folhamatic



Disponível nos Estados

São Paulo
Rio de Janeiro

Paraná
Rio Grande do Sul

- Consultoria especializada, sem limites
- Boletim Impresso - semanal
- Acesso ilimitado ao banco de dados On-line
- Agenda Mensal de Obrigações Fiscais e Tabelas Práticas



Matriz



Suporte Técnico



Fábrica de Software



Futura Sede



- O maior suporte técnico
- Atualização automática - semelhante ao windows update
- Vídeo-Treinamento
- Suporte Técnico até as 19h00*
- Suporte Técnico On-line (Talkmatic)
- Relatórios e guias via e-mail
- Treinamento gratuito
- Todos os sistemas integrados

* Sistema Folhamatic (Folha de Pagamento)

www.folhamatic.com.br

Vendas - 0800 015 4400



Depois de José Dirceu

Álvaro Pereira*

Estava escrito que o deputado José Dirceu seria cassado. Por mais que ele tenha tentado proteger o julgamento, com sucessivos recursos apresentados ao Supremo Tribunal Federal, a história mostra que o plenário da Câmara costuma decidir questões políticas segundo os humores da opinião pública. E Dirceu foi vítima, claro, de um julgamento político. Seus advogados insistiram em dizer que não havia provas documentais ou mesmo testemunhais que pudessem incriminá-lo como responsável, em maior parte, pelo chamado "mensalão". Neste caso, no entanto, as provas não eram importantes. Na condição de chefe da Casa Civil da Presidência e responsável pela coordenação política do governo, não havia como dissociar a figura de Dirceu de tantos outros nomes envolvidos com o esquema de arrecadação ilegal de recursos pelo PT. José Genoino, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e Waldomiro Diniz freqüentavam, regularmente, os principais gabinetes do Palácio do Planalto.

Ao longo dos últimos anos, José Dirceu tornou-se uma espécie de símbolo da nova ordem representada pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Ex-líder estudantil, ex-líder guerrilheiro com passagem por Cuba, Dirceu voltou clandestinamente ao Brasil em plena ditadura. Instalou-se com identidade falsa no interior do Paraná. Assumiu novamente a identidade de José Dirceu quando o presidente João Figueiredo concedeu a anistia política, em 1979. Desde então, filiou-se ao PT e firmou-se como um de

seus principais quadros, ao lado de Lula, José Genoino e tantos outros.

O que fará Dirceu, a partir de agora, privado do exercício dos direitos políticos? Ele próprio não sabe muito bem o que fará. Na entrevista que concedeu após a cassação, afirmou que perder o mandato "é uma dor que vocês não podem imaginar, é como perder a própria vida". De fato, para quem sempre teve a política como principal atividade, deve ser extremamente doloroso ficar inelegível pelo prazo de 10 anos, ou seja, até 2015.

A cassação de José Dirceu, por maioria expressiva de 293 votos, encerra o primeiro ciclo de punição dos responsáveis pela manipulação ilegal de recursos públicos com fins políticos e/ou eleitorais. Os deputados, pressionados pela opinião pública, optaram pela punição máxima aos dois principais personagens da crise: o ex-ministro chefe da Casa Civil da Presidência e seu acusador mais contumaz, o deputado Roberto Jefferson. Até agora, um único acusado foi absolvido pelo plenário da Câmara: o deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás, em cujas contas bancárias não havia depósitos das empresas

A crise política contribuiu, de alguma forma, para acelerar o debate sucessório



de Marcos Valério. Outros acusados de receber recursos ilegalmente, como os deputados José Janene e Pedro Correa, do PP, deverão ter o mesmo destino de Dirceu e Jefferson. Criou-se, para esses casos, uma espécie de jurisprudência.

O processo de investigação política deflagrado pelo Congresso, por meio de três CPIs, irá se estender pelo menos até março de 2006, ou seja, até as vésperas das convenções partidárias que escorrerão, em junho, os candidatos às próximas eleições presidenciais. A crise política contribuiu, de alguma forma, para acelerar o debate sucessório. O presidente Lula já se coloca, abertamente, como candidato à reeleição, até por falta de uma alternativa mais plausível nos quadros do PT. Resta saber se o desgaste provocado pela crise lhe permitirá concorrer às eleições com alguma chance de vitória. Nos partidos de oposição, à frente o PSDB, o problema é o excesso de candidatos dispostos a enfrentar Lula: o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; de Minas, Aécio Neves; e o prefeito de São Paulo, José Serra.●

*Álvaro Pereira é jornalista e consultor em Comunicação e Marketing.

Reavaliação de bens: conflito da legislação tributária e societária

Contador Raimundo Cabral de Souza



Desde há muito, contabilistas e empresários se vêm às voltas com o conflito entre as legislações tributária e societária, no que diz respeito à reavaliação dos bens, conflito esse provocado pelas legislações de cada área. Uma diz uma coisa; a outra, algo muito diferente. Como o administrador deve agir diante desse conflito? Essa é a discussão que nos propomos fazer aqui.

A legislação tem-se revelado conflitante, por exemplo, ao conferir tratamento distinto no tipo ou abrangência dos bens que podem ser reavaliados. Tomemos a Lei nº 6.404, de 1976, e a comparemos com o Decreto-Lei nº 1.730, de 1979, o Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda – RIR), e a Lei nº 9.959, de 2000.

A primeira afirma que *serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuído a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base e laudo nos termos do art. 8º, aprovado pela assembleia geral (art.182, § 3º da Lei nº 6.404, de 1976).*

O segundo e o terceiro determinam que *a contrapartida do aumento de valor de bens do ativo permanente, em virtude de nova avaliação, baseada em laudo nos termos do art. 8º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (art. 35 do DL nº 1.730, de 1979, e art. 434 do RIR.)*

Já o quarto normativo assevera que *a contrapartida da reavaliação de quaisquer bens da pessoa jurídica somente poderá ser computada (...) (art. 4º da Lei nº 9.959, de 2000.)*

Diante de tantas definições, como proceder o empresário, o administrador, o contador? Afinal de contas, a reavaliação deverá considerar *elementos do ativo?*

A legislação tem-se revelado conflitante ao conferir tratamento distinto no tipo ou abrangência dos bens

ou deve levar em conta **bens do ativo permanente?** ou, por último, **quaisquer bens da pessoa jurídica?**

Levando-se em conta as normas jurídicas, a lei nova substitui a precedente em tudo aquilo que lhe for contrário. Assim sendo, a interpretação que se sobrepõe é a da Lei nº 9.959, de 2000, que veio dirimir as dúvidas que existiam antes. A partir de então, o aproveitamento das reservas para aumento de capital de qualquer bem deixa de ser considerado fato gerador para a incidência dos tributos. Em outras palavras, o momento a ser tributado será o da efetiva realização (alienação ou venda).

Outra fonte de dúvidas diz respeito ao deferimento da tributação. Para melhor procedermos à comparação, elaboramos o quadro anexo, por si só já bastante esclarecedor.

Apesar do emaranhado legal, nossa conclusão é que a contrapartida do aumento de valor do ativo permanente não será computada no lucro enquanto mantida em conta de reserva de reavaliação. Nesse item o tratamento da legislação é comum, conforme pode-se observar no item 2.1 do quadro.

Já no que diz respeito à tributação, a nosso ver, ela só se dará **pela realização dos bens:** em cada período base, no montante do aumento do valor dos bens reavaliados que tenha sido realizado no período. Nesse item o tratamento da legislação também

é comum conforme se verifica no item 3.1 da tabela comparativa a seguir.

Ainda no tocante à tributação, dar-se-á pela **utilização das reservas para aumento do capital**: nesse item a legislação dá tratamento distinto. Pelo DL nº 1.730, de 1979, a tributação deve ocorrer no período-base em que a reserva for

utilizada para aumento do capital social, no montante capitalizado. De modo distinto, o RIR Dec. nº 3.000, de 1999, excetua da tributação, quando a reserva capitalizada for oriunda de bens imóveis e patentes reavaliados, enquanto não for efetivamente realizado o bem correspondente. Já a Lei nº 9.959, de 2000, disciplina que as reservas

de qualquer natureza, quando forem utilizadas para aumento do capital social, não serão causa ou fato gerador para a tributação, o que ocorrerá somente no momento da efetiva realização do bem. E aqui, mais uma vez, vemos prevalecer a determinação desse último instrumento legal, dirimindo as dúvidas antes existentes.●

Quadro comparativo Análise comparativa da legislação sobre reavaliação de bens

SITUAÇÕES PREVISTAS	Lei nº 6.404/76	DL nº 1.730/79	RIR Dec. nº 3.000/99	DL nº 9.959/00
1 – REAVALIAÇÃO DE BENS				
1.1 – “Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuído a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base e laudo nos termos do art. 8º, aprovado pela assembléia-geral.”	Art. 182, § 3º			
1.2 – “A contrapartida do aumento de valor de bens do ativo permanente , em virtude de nova avaliação, baseada em laudo nos termos do art. 8º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (...)"		Art. 35	Art. 434	
1.3 – “A contrapartida da reavaliação de quaisquer bens da pessoa jurídica somente poderá ser computada (...)"				Art. 4º
2 – DIFERIMENTO DA TRIBUTAÇÃO				
2.1 – “A contrapartida do aumento de valor do ativo permanente não será computada no lucro real enquanto mantida em conta de reserva de reavaliação (...)"	Art. 187	Art. 35	Art. 434	Art. 4º
3 – TRIBUTAÇÃO				
O valor das reservas será computado na determinação do lucro real:				
3.1 – Pela realização dos bens : Em cada período-base, no montante do aumento do valor dos bens reavaliados que tenha sido realizado no período (...)	Art. 187, § 2º	Art. 35, § 1º, b	Art. 435, II	Art. 4º
3.2 – Pela utilização das reservas para aumento do capital :		Art. 35, § 1º, a		
a) no período-base em que a reserva for utilizada para aumento do capital social, no montante capitalizado.				
b) no período-base em que a reserva for utilizada para aumento do capital social, no montante capitalizado, excetuando aquelas constituídas como contrapartida do aumento do valor dos bens imóveis e patentes integrantes do ativo permanente.			Art. 436, § 3º	
c) “a contrapartida da reavaliação de quaisquer bens da pessoa jurídica somente poderá ser computada em conta de resultado ou na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido quando ocorrer a efetiva realização do bem reavaliado.”				Art. 4º



A Super-Receita e o jogo legislativo

Terezinha Aparecida Falcão*

ambos os poderes concordavam com o mérito e governistas e oposição são favoráveis à proposta, por que rejeitá-la?

Neste caso, está em jogo, além da possibilidade de os parlamentares influírem mais no projeto de lei comum, agora enviado ao Congresso, o desejo de adiar a tomada da decisão. Esse adiamento desfavorece o atual governo, cujo mandato termina no próximo ano. Em outras palavras, quanto menos os atuais detentores do poder tirarem proveito da Super-Receita, melhor para a oposição, que, por sua vez, tem a esperança de se beneficiar desse mesmo órgão se e quando ganhar as próximas eleições, ocasião em que teriam pelo menos quatro anos para desfrutar desse mecanismo.

Por outro lado, esse episódio volta a questionar, até certo ponto, o mecanismo tão mal-afamado, que é o instituto da medida provisória. Criada “acidentalmente” pela Constituição de 1988, num possível contexto de regime parlamentarista, a medida provisória tem sido, simultânea ou alternadamente,

combatida por quem não está no poder. No governo Sarney, foi combatida pelos mesmos que dela abusaram no período presidencial seguinte, no governo Collor. PT e outros partidos aliados, fora do poder, combatiam-na com veemência. Hoje, utilizam-se dela com pouca parcimônia.

Enquanto no Congresso há de se ouvir Câmara (513 membros) e Senado (81 membros), no Executivo é muito menor o número de pessoas com o poder de fazer vigorar uma nova medida. Ainda que o Presidente da República não tome a deliberação de maneira solitária, é bem menor o número de pessoas a ser influenciadas.

Por fim, diante dessas idas e vindas, uma questão se apresenta: por que simplesmente não eliminar da Constituição o artifício da MP? Pela simples razão de que, uns e outros – atuais oposicionistas e governistas – não querem abrir mão de poder utilizá-la, uma vez instalados na Presidência da República.

Para a Fenacon e outras entidades da sociedade organizada fica outra lição: a necessidade de reforçar o poder de influência sobre o Executivo e o Legislativo. Para além dos interesses de quem ocupa os cargos dirigentes, o que deve prevalecer é o interesse da sociedade e a grande questão que se apresenta é: este é o momento de se aumentar o poder de arrecadação do Estado ou de ampliar com maior eficiência os impostos já pagos? ●

Quanto menos os atuais detentores do poder tirarem proveito da Super-Receita, melhor para a oposição

Quanto maior a receita, maior o poder do administrador público. Essa é uma das mais antigas formulações da economia política. Por isso, é tão difícil reduzir impostos ou impedir o aumento da carga tributária. A lógica de prefeitos, governadores, ministros e presidentes tende a se manter inalterada. Por isso a dificuldade de, no Congresso, fazer aprovar leis de desoneração. Isso porque muitos parlamentares, mesmo estando na oposição, têm a expectativa de vir a participar de uma coalizão de governo.

Aparentemente, contrariando essa visão, no episódio da criação da Super-Receita, a oposição acabou por derrubar a medida provisória que a criava. Estariam os parlamentares de oposição genuinamente contrários à criação desse novo e poderoso órgão arrecadador, que promete imprimir maior eficiência à já poderosa Receita?

As lideranças da oposição, mais de uma vez, posicionaram-se da seguinte maneira: “Não somos contra a Super-Receita, mas discordamos que a medida provisória seja o melhor instrumento para criá-la”. Nessa atitude, há muito a se aprender sobre a dinâmica das relações entre o Executivo e o Legislativo. Se

Super-Receita tramita na Câmara em regime de urgência

Mesmo depois da derrota no Senado, o governo não desistiu da proposta de criação da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita, que prevê a fusão da Secretaria da Receita Federal com a parte do Ministério da Previdência encarregada de cobrar as contribuições ao INSS. Essa medida coloca sob um só comando a cobrança dos principais tributos e contribuições federais do País.

A MP nº 258/05, que criava o órgão para centralizar a arrecadação de impostos e contribuições da União, perdeu a validade em 18 de novembro, sem que o texto fosse analisado pelo Senado. Em 29 de novembro,

a matéria voltou a tramitar na Câmara Federal, por meio do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, do Poder Executivo.

O PL nº 6.272 foi incluído nas prioridades da Câmara para este ano e tramita em regime de urgência; mas, pela complexidade do assunto, a aprovação do projeto deve ser mesmo só em 2006. A avaliação entre as lideranças de partidos da base governista e da oposição é que não há clima nem tempo hábil para encerrar a tramitação da matéria tão rapidamente. Mesmo aprovado pelos deputados, o PL precisa passar pelo Senado, sem alterações, e seguir para sanção presidencial. Se alterado, volta para novo voto da Câmara.

Outro problema que o governo enfrenta para aprovação da Super-Receita é a forte oposição dos sindicatos de ambas as instituições, que fizeram seguidas paralisações e conseguiram apoio político contra a medida provisória.

Tramitação

O PL nº 6.272, de 2005, será analisado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Antes de ser enviado ao Senado Federal, terá de ser votado também pelo Plenário da Câmara. O relator é o deputado Inaldo Leitão (PL-PB). ●



empresa de contabilidade **100% inteligente**

 Gestão para Assistências Técnicas	 Gestão para Empresas de Ônibus	 Gestão para Holdings	 Gestão para Faculdades e Escolas	 Gestão para Hospitais
 Gestão para Transportadoras	 Gestão para Farmácias	 Gestão para Empresas de Contabilidade	 Gestão para Indústrias (ERP MRP II e PCP)	VB + C++ + SQL server
 Gestão para Imobiliárias	 Gestão para Construtoras	 Gestão para Comércio Atacadista	 Gestão para Supermercados	Folha de Pagamento Contabilidade Gerencial Gerenciador de Escritório Controle Patrimonial Escrita Fiscal
 For Windows®	 Gestão para Postos de Combustíveis	 Gestão para Avícolas	 Gestão para Lojas	

Uma empresa de contabilidade completa precisa internamente dos softwares de Contabilidade, Folha, Livros Fiscais, Controle Patrimonial, Gerenciador de Escritórios e Cálculo de Tributos. Este escritório, assim informatizado, necessita interligar-se aos seus clientes através de módulos captadores, que executam nos próprios clientes o Faturamento, ECF, Contas a Receber, Contas a Pagar, Gerenciador Financeiro, Caixa e Bancos e Controle de Estoques.

Através dos captadores o escritório importa estes dados via Internet, e os transforma automaticamente em Contabilidade e Livros Fiscais. Nesta interligação ganham os clientes e o escritório, passando a ser um a extensão do outro. O Escritório Inteligente, passo a passo, vai se tornando 100% informatizado, 100% interligado e 100% sem papel, buscando maximizar eficiência. Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software.

A Exactus transforma a informatização da sua Empresa




CONTEM CONOSCO
0800 400 6001-43 3372 7000
www.exactus.com.br

Sindicatos ajudam contribuintes a fazer Declaração de Isento

OS CONTRIBUINTES DE BAIXA RENDA DE SÃO PAULO, SANTA CATARINA E PARANÁ TIVERAM UM IMPORTANTE AUXÍLIO PARA PRESTAR CONTAS AO FISCO



Quiosque do Sescon Grande Florianópolis

OSescon da Grande Florianópolis, no período de 23 a 29 de novembro, montou um quiosque na praça de alimentação do Shopping Beiramar, onde os contabilistas voluntários, em regime de revezamento, auxiliaram os contribuintes a fazer a Declaração de Isento do Imposto de Renda. O quiosque funcionou ininterruptamente das 12 às 20 horas, inclusive nos finais de semana.

Durante os sete dias de trabalho, foram atendidas mais de 400 pessoas que puderam acertar as contas com o fisco. A ação do Sescon Grande Florianópolis contou com a participação de 19 empresas de contabilidade, que disponibilizaram profissionais qualificados para trabalhar durante os sete dias de evento.

Na opinião do presidente do Sescon da Grande Florianópolis, Maurício Melo, “o mais importante

dessa iniciativa é poder contribuir para inclusão fiscal e tributária da população de baixa renda”.

Em São Paulo, as entidades contábeis, nos dias 28, 29 e 30 de novembro, promoveram um plantão para ajudar os contribuintes a fazer a Declaração de Isento. Durante os três dias de trabalho, mais de 4,5 mil pessoas dispensadas de recolher Imposto de Renda foram atendidas nos balcões montados no Pátio do Colégio.

A ação foi fruto da parceria entre o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon-SP), o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP), a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Associação Médica Brasileira (AMB).

Durante o plantão, os contribuintes foram atendidos

por profissionais capacitados a esclarecer dúvidas e dar orientação sobre o correto preenchimento e envio das declarações pela internet. Para o trabalho, as entidades disponibilizaram seis microcomputadores.

“As entidades alcançaram o objetivo de colaborar com os contribuintes, ajudando-os a regularizar seus CPFs. A população foi conscientizada de que, mesmo sem recolher o Imposto de Renda – Pessoa Física, também é vítima da enorme carga tributária brasileira, porque paga impostos indiretos em tudo o que consome”, explicou o presidente do Sescon-SP, Antônio Marangon.

No mesmo local, as entidades contábeis montaram o Feirão do Imposto, que mostrou aos visitantes a carga tributária incidente sobre vários produtos e serviços, como: café (36,5%), calçados (37,4%), gasolina (53%), etc.

O Feirão do Imposto é uma iniciativa da Associação Comercial de São Paulo, Facesp e Conaje, com o apoio do Sescon-SP, que tem o objetivo de revelar aos consumidores a carga tributária embutida em produtos e serviços.

A idéia de que apenas aqueles que recolhem ao Leão com regularidade é que são pagadores de impostos está cada vez mais desmistificada.

Se, por um lado, a obrigatoriedade de fazer a Declaração de Isento pode parecer descabida para as pessoas de baixa renda, por outro, pode ser uma rica oportunidade, para que reflitam

sobre os outros impostos que já pagam.

Profissionais, em regime de plantão, explicaram os trâmites para abertura de empresas, deram informações sobre a carga tributária incidente em novos negócios e também sobre as obrigações acessórias que devem ser cumpridas após a abertura. Cerca de 5 mil pessoas visitaram o estande e receberam material explicativo sobre a tributação nos produtos e serviços.

A Associação Médica Brasileira também se engajou na iniciativa das entidades contábeis de São Paulo e, numa analogia de que impostos altos alteram a pressão arterial, mediu, gratuitamente, a pressão dos contribuintes, antes e depois de fazer as suas declarações, dando dicas de saúde.

No estado do Paraná, a campanha de declaração de isentos extrapolou os limites da capital e chegou a nove cidades

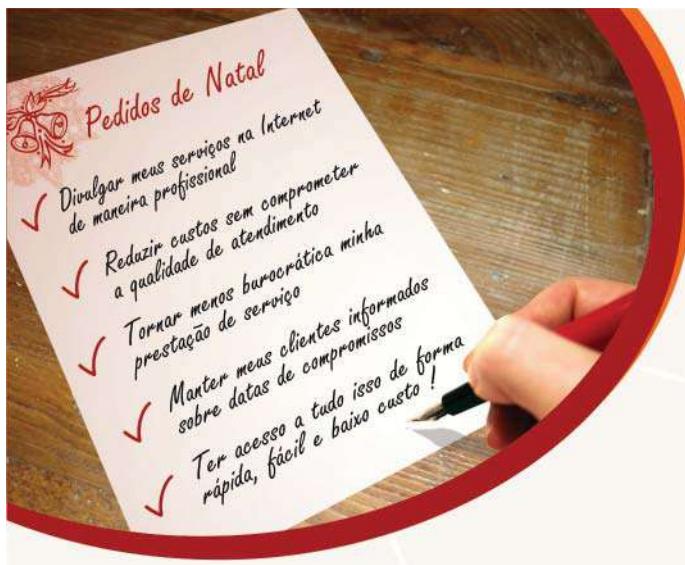
paranaenses. Atendeu a cerca de 12.500 pessoas. Somente em Curitiba, o recadastramento gratuito atingiu mais de 2.000 pessoas e foi realizado em endereços de grande concentração popular: Praça Rui Barbosa, centro, e Igreja do Perpétuo Socorro, no Alto da Glória. As demais cidades que participaram da campanha foram Palmas, Maringá, Francisco Beltrão, Pato Branco, Ponta Grossa, União da Vitória, Londrina e Cascavel.

O recadastramento do CPF – junto à Receita Federal – gratuito contou com a participação e apoios de diversas entidades do segmento de contabilidade, universidades, prefeituras municipais e Receita Federal. Na capital, envolveu o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoria, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado



Contribuinte atendido pelo Sescap-PR

do Paraná (Sescap-PR), a Brasil Telecom, Prefeitura de Curitiba, Receita Federal, Universidade Tuiuti, Sindicato dos Contabilistas de Curitiba (Sicontiba), Federação dos Contabilistas do Paraná, Associação dos Lojistas do Centro Comercial da Rui Barbosa e Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.●



**Crie já
o site do seu escritório.**

Para compras e
mais informações:

0800 786 200
Outras localidades
(31) 2122-6430
Belo Horizonte e região
www.masterdirect.com.br

**Realize os seus desejos,
sem ter que esperar o Natal chegar.**

É possível apresentar o seu escritório de maneira sólida, moderna e profissional na Internet. Com o MasterDirect você cria, gerencia e publica seu site na Internet com informações sobre os serviços de seu escritório de maneira fácil e rápida.

Através do site é possível criar um canal de comunicação e relacionamento direto com o cliente. Neste canal você pode receber informações importantes que vão colaborar para um serviço cada vez melhor atendendo, assim as necessidades do mercado.

master
DIRECT





A timidez atrapalha no trabalho? Tudo depende do tipo de tímido e do tipo de chefe que ele tem.

Durante muito tempo a timidez foi encarada como um problema pessoal do tímido. Hoje, as pesquisas mostram que ela é determinada pela interação do tímido com as forças do ambiente de trabalho – e da cultura em geral.

Dada a natureza trepidante do mundo do trabalho, a timidez pode tornar as pessoas menos eficientes, é verdade. Os tímidos geralmente necessitam de mais tempo para se ajustar a situações novas e interagir com estranhos e superiores.

Por outro lado, a maioria dos chefes e colegas de trabalho da atualidade é pouco paciente com quem demora para esquentar seus motores. A tolerância está cada vez mais rara no trabalho. Por isso, são comuns as avaliações apressadas sobre o funcionário tímido: “Ele é boa gente, mas é devagar demais...”.

Entretanto, os tímidos fazem tudo o que os extrovertidos fazem. Eles estudam, formam-se, namoram, casam, têm filhos, ganham a vida, etc. A única diferença é que requerem mais tempo diante de situações novas.

Mas, uma vez superada a dificuldade inicial, os tímidos entram de cabeça nas tarefas e procuram

Timidez no trabalho

Dr. José Pastore*

ser os melhores. Nas relações íntimas os tímidos são envolventes e tendem a ir fundo. Repetindo, eles precisam de mais tempo para chegar lá; mas, uma vez chegando, dão um show de afeto e sinceridade.

Afinal, por que os tímidos demoram para engrenar? Isso tem a ver com a dinâmica da timidez, que, por sua vez, é determinada pela interação de fatores pessoais com fatores sociais. Ao entrar numa roda nova de colegas de trabalho, por exemplo, os tímidos tendem a se comparar com os mais extrovertidos do grupo. É claro que a comparação lhes sai desfavorável. Eles concluem que tudo o que disserem tem de ser perfeito e esplendoroso. Isso agrava o seu problema. Eles ficam ensaiando consigo mesmos. Pensam e repensam nas palavras a ser usadas. Demoram. E ficam mais tímidos.

Pior do que isso, os tímidos tendem a achar que os seus novos colegas estão identificando as suas fraquezas. Freqüentemente estão mesmo. Os tímidos percebem esses sinais no ar e acabam se esquecen-

do que muita gente é dominada pela timidez quando entra em um novo ambiente.

As pesquisas mostram que, diante de estranhos, 75% das pessoas mostram condutas tímidas. Quando entram numa nova roda social, cerca de 71% dos indivíduos comportam-se timidamente diante do sexo oposto e 56% diante do mesmo sexo. Cerca de 48% das pessoas se mantêm tímidas durante um bom tempo quando começam a trabalhar em uma nova empresa (Bernardo Carducci, Shyness: The New Solution, *in Psychology Today*, janeiro de 2000).

Mas a timidez pode ser reduzida e, sobretudo, entendida e trabalhada pelo tímido, assim como aceita pelo grupo. Quando isso ocorre, a satisfação aumenta.

Por isso, para você que é chefe, vale a pena conceder uns minutos a mais para os tímidos. Eles podem trazer boas surpresas e ajudar muito no trabalho. E, para você que é tímido, procure lidar com a timidez. Não tente contrariar a sua natureza e sair contando piada na hora em que todos esperam concentração. Nem pense em ingerir bebidas alcoólicas e outras drogas para exibir uma extroversão artificial. Assuma a sua timidez. Procure chegar adiantado nas reuniões. Não se preocupe com o seu silêncio inicial. Comece a conversar com quem já chegou. Revele o que você já sabe, seja franco sobre o que não sabe e enfatize muito a enorme vontade que você tem de saber mais. ●

Os tímidos geralmente necessitam de mais tempo para se ajustar a situações novas e interagir com estranhos

*José Pastore é Sociólogo, Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP.

MP do Bem: renúncia temporária ou estímulo permanente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 21 de novembro o projeto de conversão em lei da chamada MP do Bem, medida provisória que traz uma série de benefícios fiscais a diversos setores, como as empresas exportadoras, as micro e pequenas indústrias e o mercado imobiliário.

O projeto foi aprovado com 14 vetos presidenciais, sendo os mais importantes o que retirou do texto a redução do prazo para amortização de créditos obtidos com o pagamento de PIS e Cofins na compra de máquinas e equipamentos; e o que reduzia a

contribuição à Previdência Social dos criadores de gado.

Segundo afirmação do secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a nova lei implicará uma renúncia fiscal de 5,7 bilhões de reais por ano ao governo. Desse total, 3,24 bilhões equivalem à renúncia prevista no texto original da MP do Bem. O restante refere-se às modificações feitas pelo Congresso, já contabilizados os vetos apresentados pelo presidente ao texto.

Na opinião do presidente da Fenacon, Carlos Castro, o governo não pode considerar essa renúncia

como perda, porque ela é temporária. “Os impostos que serão gerados pelo crescimento econômico dos diversos setores beneficiados pela nova lei vão compensar essa perda em muito pouco tempo”, explica Carlos Castro.

Carlos Castro concorda que a medida trouxe muitas vantagens que podem estimular o setor produtivo; mas, na opinião do presidente da Fenacon, o ideal é a aprovação urgente da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em tramitação na Câmara Federal. “Tínhamos a promessa do governo de que a Lei Geral seria aprovada ainda neste ano; mas isso não ocorreu”. ●

Principais benefícios da MP do Bem

- Empresas instaladas em regiões carentes do Norte e Nordeste do País terão a base de cálculo para pagamento de IR, PIS e Cofins reduzida.
- Projetos para criação de empresas com o objetivo de aumentar as exportações brasileiras terão a cobrança de PIS e Cofins suspensa para aquisição de máquinas e equipamentos.
- A compra de máquinas e equipamentos por empresas prestadoras de serviços na área de tecnologia da informação e desenvolvimento de software também será liberada do pagamento de PIS e Cofins.
- Prorrogação, em um ano, do prazo para que as empresas tributadas a partir do lucro real possam pagar menos CSLL, abatendo uma parte do valor que registrariam como desgaste de máquinas e equipamentos.
- A compra de máquinas e equipamentos para investimentos produtivos não pagará mais IPI.
- Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias serão computados em dobro para fins de apuração do lucro real da empresa.
- Para estimular o acesso à informática, computadores que custem até R\$2,5 mil terão redução de até 9,25% no preço final em função da isenção de PIS e Cofins.
- Os empreendimentos imobiliários que forem contabilizados separadamente das contas das construtoras pagarão apenas 7% das suas receitas a título de impostos e contribuições.
- A mudança na forma de tributação do PIS e da Cofins que deveria ocorrer na hora em que as empresas do setor imobiliário reajustarem os financiamentos não será automaticamente aplicada para os contratos firmados até setembro de 2003. Nesse caso, continuará valendo o sistema não cumulativo, com alíquota de 3,65%.
- A base de cálculo para cobrança de Imposto de Renda (IR) e CSLL na venda de imóveis a prazo será reduzida.
- Quem vender um imóvel residencial e utilizar o dinheiro para a compra de outro não precisará mais pagar IR sobre a valorização do imóvel original. Para isso, a aquisição do novo empreendimento deverá ocorrer nos 6 meses seguintes à venda da primeira propriedade.
- Bens com valor inferior a R\$35 mil ficarão isentos da cobrança de IR sobre a sua valorização na hora em que forem comercializados.
- Permissão para que as empresas que tenham créditos tributários junto à Receita Federal possam utilizá-los para quitar dívidas com a Previdência.
- Redução de 3% para 0,6% da alíquota de PIS e Cofins para o setor de autopeças.

Valdir Pietrobon recebe título de Contador Emérito do Paraná

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, recebeu o título de Contador Emérito do Paraná, durante a realização da XIV Convenção dos Contabilistas do Estado do Paraná, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

O título, que é a maior comenda da contabilidade paranaense, é concedido a profissionais que tenham dado notável contribuição ao desenvolvimento e valorização da contabilidade.

Valdir Pietrobon disse se sentir honrado com a homenagem e agradece aos contabilistas do Paraná o reconhecimento do seu trabalho em

razão da importância do setor de serviços.

Valdir Pietrobon também recebeu homenagem do Sescap-PR, em 18 de outubro, durante a inauguração da Galeria de Presidentes – espaço cultural do anfiteatro na sede da entidade. Pietrobon presidiu o Sescap-PR entre os anos de 1999 a 2004. Na mesma ocasião, foram congratulados os ex-presidentes: Antônio Zerbeto Filho, gestão 1988-1994; e Euclides Locatelli, 1995 e 1998.



Valdir Pietrobon recebe certificado do presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Mauricio Smijtnk

Prosoft presta homenagem à Fenacon

O presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, recebeu a homenagem da Prosoft Tecnologia e Serviços, no último dia 10 de novembro, na capital paulista. A homenagem ocorreu

durante o evento realizado em comemoração aos 20 anos da empresa, que teve a presença de 500 convidados, entre representantes de entidades contábeis, colaboradores e parceiros da empresa.

Carlos Castro recebeu um troféu comemorativo aos 20 anos da empresa e parabenizou a Prosoft pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo ao longo destes 20 anos. “A Prosoft tem dado uma demonstração de competência, ética profissional e responsabilidade com o cliente”.

Na ocasião, o presidente da Prosoft, Carlos Meni, falou da satisfação de completar 20 anos de atuação no mercado brasileiro, quando poucas empresas conseguem

completar os primeiros anos de vida. Meni destacou a atuação



Carlos Castro recebe troféu comemorativo aos 20 anos da Prosoft

da Fenacon como entidade representativa do setor de serviços.

O presidente da Fenacon, Carlos Castro, e o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP), Luis Carlos Vaini, representaram as entidades contábeis do País.

Carlos Castro é homenageado no Sescon de São Paulo

O presidente da Fenacon, Carlos Castro, recebeu homenagem do Sescon-SP, durante solenidade com a aposição de sua foto na galeria dos ex-presidentes da entidade, no dia 7 de outubro.

Castro falou da importância do reconhecimento do preito e agradeceu diretores e colaboradores, que juntos fizeram valer o trabalho dedicado não só ao sindicato, mas também ao segmento. “Valeram a pena as realizações que tivemos e tentativa de deixar um legado para os meus filhos”.

Proposta Orçamentária para 2006 é aprovada



Diretores da Fenacon e dirigentes dos sindicatos em assembléia

A Assembléia Geral do Conselho de Representantes da Fenacon, realizada em Brasília, nos dias 24 e 25 de novembro, aprovou a proposta orçamentária para o exercício de 2006. Presidida por Carlos José de Lima Castro, presidente da Fenacon,

a assembléia teve a presença dos vice-presidentes e diretores da entidade e dos presidentes e representantes dos sindicatos filiados.

Roberto Wuthstrack, diretor financeiro da Fenacon, apresentou a proposta orçamentária para o exer-

cício de 2006, detalhando todos os itens de receita e despesa.

Wuthstrack apresentou também o parecer do Conselho Fiscal, favorável à aprovação. A assembléia, após analisar cada item e apresentar sugestões, aprovou a proposta.

Para os dois dias de assembléia, a Fenacon preparou uma programação de palestras que abordou temas que contribuem para o crescimento dos sindicatos filiados. As palestras foram: “A Interiorização”, com Mauro Kalinke, do Sescap do Paraná; “Projeto de Visitas”, com Elias Nicoletti, do Sescon de Santa Catarina; “Instalação da Câmara de Arbitragem”, com Vitor Barbosa Lenza, do Sescon de Goiás; “Programa de Autoridade de Registro da Fenacon”, com Paulo César Iijima, gerente de negócios da Certisign.

Durante os dois dias de trabalho em Brasília, os presidentes e representantes dos sindicatos reuniram-se com os vice-presidentes regionais, para tratar de assuntos de cada região.

Fenacon promove seminário sobre arrecadação

Manter os sindicatos filiados informados sobre todos os procedimentos que envolvem a arrecadação, em especial em relação à nova Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical (GRCS). Esse é o principal objetivo do seminário promovido pela Fenacon, no dia 15 de dezembro em Brasília.

O diretor financeiro da Fenacon, Roberto Wuthstrack, coordenador do seminário, explicou que, além de saber como emitir as guias de cobrança, os sindicatos devem fazer o acompanhamento da receita. “É necessário que os dirigentes adotem mecanismos de controle de

todo o processo de arrecadação, da emissão da guia até a verificação da entrada correta dos recursos”, explica Roberto.

No seminário, Ricardo Timmers, diretor da TCS Sistemas, mostrou como utilizar o sistema de cobrança, que foi modificado em função da nova Guia de Recolhimento. Ricardo explicou que, com o treinamento dos sindicatos, todo o sistema de cobrança fica pronto para ser usado em janeiro do próximo ano, quando se inicia a cobrança.

O seminário foi aberto pelo vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, e teve

a participação de presidentes, vice-presidentes, diretores e funcionários dos sindicatos filiados de todo o Brasil.



Diretor Financeiro da Fenacon,
Roberto Wuthstrack

Entidades contábeis do Paraná protestam contra lentidão da Receita Federal e INSS



Manifestantes em frente à Previdência Social em Curitiba

O Sescap do Paraná apoiou a iniciativa do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba (Sincotiba), que levou, no dia 30 de novembro, para o calçadão da rua XV de Novembro, no centro de Curitiba, cerca de 500 pessoas, entre profissionais da contabilidade e lideranças empresariais, durante a denominada “Passeata da Indignação”.

Com apoio de várias entidades, o movimento protestou contra a lentidão dos serviços da Receita Federal e do INSS e defenderam a criação do “CNPJ Online”, sistema que agiliza a liberação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), via internet, dinamizando o processo de abertura e fechamento de empresas.

Com faixas, apitos e carro de som, os manifestantes saíram da Boca Maldita e foram até os prédios da Receita Federal e INSS, nas proximidades da praça Santos Andrade. No prédio do INSS (Rua XV, esquina com João Negrão) os manifestantes receberam apoio dos servidores daquele órgão, que engrossaram o coro das reivindicações. A passeata terminou às 11h30, com o canto do Hino Nacional Brasileiro em frente à sede da Delegacia da Receita Federal.

O presidente do Sescap-PR, Mário Elmir Berti, disse que a passeata atingiu seu objetivo porque foi um manifesto pacífico sobre um problema que atinge milhões de contribuintes. Ele disse que a presença do Sescap-PR ocorreu também em apoio aos servidores da Receita Federal e do INSS, que reivindicam a contratação de servidores para agilizar o atendimento. “É notório que o problema é estrutural, do governo, mas o atendimento deficitário e as filas que se formam todas as manhãs em frente a esses órgãos decorrem também da ausência de servidores”, diz Berti.

Reivindicações

A criação do CNPJ Online e melhor atendimento foram as principais reivindicações dos manifestantes, que vestiam camisetas com dizeres: “Queremos um atendimento digno” e “CNPJ Online já”.

Na opinião do vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, presente no evento, os profissionais e a sociedade não podem mais ficar reféns da Receita Federal. A liberação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

(CNPJ) pela internet é uma medida que ajudaria muito e pode ser viabilizada, já que a Receita Federal possui equipamentos e rede informatizada. Vários outros serviços, no entanto, poderiam ser oferecidos *online*.

Levada primeiro à Delegacia da Receita Federal, em Curitiba, a proposta do CNPJ Online recebeu total apoio do delegado local, Vergílio Concetta. Em seguida foi entregue em mãos ao ministro do planejamento, Paulo Bernardo, que prometeu agilizar a sua implantação junto à Secretaria da Receita Federal, em Brasília. Por solicitação do Senado, o projeto foi enviado também ao senador Fernando Bezerra (PTB-RN), coordenador do Grupo de Trabalho da Desburocratização e Simplificação da Legislação Tributária, que estuda aperfeiçoamentos institucionais e legislativos para eliminar trâmites burocráticos nas relações entre o Estado, empresas e cidadãos.

A manifestação, liderada pelo Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, recebeu o apoio da Associação Comercial do Paraná (ACP), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR), Federação da Indústria do Paraná (Fiep), Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio), Federação dos Contabilistas do Paraná (Fecopar), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).



:: REGIÃO SUL ::

Sescon – Blumenau

1º Contavale reúne cerca de 400 profissionais e estudantes

O 1º Contavale (Encontro de Contabilidade do Médio Vale do Itajaí), realizado de 17 a 19 de outubro, na Uniasselvi de Indaial – SC, apresentou palestras com enfoque na profissão, empreendedorismo no setor e carga tributária. Renomados contabilistas, como César

Abicalaffe, Paulo Fernando Torres Veras, Almir José Gorges e Edson Kock, se pronunciaram. O evento foi coordenado pelo Professor Osir Tessari. No último dia foram levantadas questões relacionadas à carga tributária vigente no País. A realização foi uma parceria entre o curso de

Ciências Contábeis, Conselho Regional de Contabilidade (CRC-SC) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Blumenau (Sescon Blumenau), tendo como apoiadores a Associação Brasileira dos Contribuintes (Abrapi) e o Núcleo de Escritórios de Contabilidade.

:: REGIÃO CENTRO-OESTE ::

Mato Grosso do Sul

Projeto itinerante aproxima Sescon-MS das bases

A diretoria do Sescon de Mato Grosso do Sul implantou o projeto itinerante, que consiste em deslocar a estrutura de atendimento do sindicato – diretores e funcionários – até os municípios mais distantes do estado. O primeiro município visitado pelo projeto foi Sidrolândia, em 29 de outubro. Durante a visita, que dura um dia, diretores e funcionários do Sescon ficam à disposição dos profissionais contabilistas do município para

tirar dúvidas e para ouvir sugestões e críticas que serão utilizadas como subsídios para melhorar o trabalho do sindicato.

Segundo o presidente da Sescon do estado de Mato Grosso do Sul, Carlos Rubens de Oliveira, o projeto, além de ser uma forma de fortalecer a entidade, visa a facilitar a participação dos profissionais que estão fora da capital nas discussões de assuntos de

interesse do setor. Para Carlos Oliveira, essas reuniões também são utilizadas para a entidade prestar contas de suas ações para os associados e representados.

Além da diretoria do Sescon-MS, estiveram presentes na reunião o presidente e o vice-presidente de ética e disciplina do Conselho Regional de Contabilidade de MS (CRC-MS), Luiz Henrique de Souza e Arleon Carlos Stelini, respectivamente.

Sindicatos da região Centro-Oeste se reúnem em Mato Grosso do Sul

No último dia 18 de novembro, o Sescon de Mato Grosso do Sul realizou, em Campo Grande, reunião da vice-presidência do Centro-Oeste. Na ocasião, foram discutidos temas como as ações da Fenacon, os trabalhos dos sindicatos representativos da região e desburocratização, entre outros.

Estiveram presentes o presidente e vice-presidente institucional da Fenacon, Carlos Castro e Valdir Pietrobon, respectivamente; e o vice-

presidente da região Centro-Oeste, Laércio José Jacomélli, coordenador da reunião. Também participaram da reunião os presidentes dos Sescons de Mato Grosso do Sul, Carlos Rubens de Oliveira; de Mato Grosso, Jorge Assef Filho; do Distrito Federal, Paulo Cezar Terra; e de Goiás, Edson Costa Pinto.

As ações da Fenacon e sugestões para as diretorias dos Sescons foram os temas tratados na primeira parte da reunião.

Num segundo momento, o evento contou com a presença de autoridades, como o prefeito de Campo Grande, Nélson Trad Filho; o vereador Edil de Albuquerque (PMDB-MS); o secretário de Estado da produção, Dagoberto Nogueira Filho; e representantes de diversas entidades representativas do setor de serviços. Nessa ocasião, foram abordados temas de interesse do setor, como certificação digital, projeto Speed, desburocratização, Lei Geral das MPE.



:: REGIÃO SUDESTE

Espírito Santo

O Sescon-ES promoveu, no último dia 4 de novembro, em Vitória, uma palestra sobre Certificação Digital. Na ocasião foram abordados os aspectos legais e práticos do tema, como conceitos, assinatura eletrônica e digital, mídias, custos, autoridades de registro, aplicações práticas

Sescon-ES promove palestra de Certificação Digital

da Receita 222, entre outros. O evento contou com a presença do diretor de tecnologia e negócios da Fenacon, Nivaldo Cleto, como palestrante.

Também estiveram presentes o presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomes), Hamilton Azevedo

Rebello; o subsecretário da Receita (PMV), Ângelo André Vieira Segatto; o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRC-ES), João Alfredo de Souza Ramos; e o gerente de arrecadação e informática da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Edésio Medeiros

Reunião de representantes da região Sudeste

Também no dia 4, ocorreu a reunião dos representantes dos Sescons da região Sudeste na cidade de Vitória – ES. Durante a reunião, foram discutidos assuntos importantes como a questão dos filiados aos sindicatos junto à Receita Federal, a pauta de reivindicações conjuntas dos sindicatos da região

Sudeste e o Calendário de Reuniões dos presidentes da região para o próximo ano.

Estiveram presentes os representantes da região Sudeste: Sauro Almeida (Fenacon), Guilherme Tostes (Sescon-RJ), Vera Lúcia Nunes (Sescon Sul-Fluminense), João Batista Almeida (Sescon-MG), Anto-

nio Marangon (Sescon-SP), Hamilton Fernandez (Sescon Tupã), José Homero Adabo (Sescon Campinas), Orival Cruz (Sescon Santos), Rider Rodrigues Pontes (Sescon-ES); e também membros da diretoria do Sescon-ES: Jacintho Ferriguetto, Luiz Carlos de Amorim, Paula Koehler e Haroldo Santos Filho.

Tupã

Sescon Tupã realiza Jornada Técnica, Cultural e Contábil

Com o objetivo de aperfeiçoar e aprofundar o conhecimento de estudantes e profissionais do setor de serviços, o Sescon Tupã e a Federação dos Contabilistas de São Paulo (Fecontesp) realizaram, no último dia 11 de novembro, a 89ª Jornada Técnica, Cultural e Contábil de Tupã e Região. O evento, que ocorreu no auditório da Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Tupã, reuniu cerca de 90 pessoas, entre empresários, colaboradores de escritórios de contabilidade e estudantes do setor.

A jornada contou com palestras voltadas para temas atuais, como “A Importância dos Aspectos Fiscais e Tributários – ICMS”, “Audi-

toria e Consultoria” e “Motivando para Vencer – Realizando Sonhos”.

O evento também teve um cunho social. Além das palestras técnicas, o Sescon Tupã, em conjunto com a Secretaria Municipal de Promoção Social, lançou uma cartilha para esclarecer, orientar e incentivar a doação de parte do Imposto de Renda ao Fundo dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Na ocasião, o vereador Noboru Ueda, um dos idealizadores do projeto, em conjunto com Hamilton Donizete Ramos Fernandes, do Sescon, realizou uma explanação geral sobre o projeto aos contabilistas, que são os profissionais que cuidam da vida tributária das empresas.

Todos os participantes doaram um quilo de alimento não-perecível ao efetuar a inscrição. Os alimentos arrecadados foram doados para a Agência Adventista de Recursos Assistenciais (Adra).



Hamilton D. Ramos Fernandes, presidente do Sescon Tupã



:: REGIÃO NORTE ::

Amapá

Sescap-AP participa da 1ª Feira do Empreendedor do Estado do Amapá

O Sescap do Amapá marcou presença na 1ª Feira do Empreendedor do Estado do Amapá, organizada pelo Sebrae, no período de 15 a 24 de outubro. Durante os 10 dias da exposição, o Sescap-AP colocou à disposição da sociedade uma equipe de contabilistas para tirar dúvidas e para prestar consultoria sobre Imposto de Renda. Foram feitas mais de 350 declarações de isento e 90 cálculos de quanto se paga de imposto, por meio do site do impostômetro.

Na avaliação do presidente do Sescap-AP, Márcio Lélio

do Nascimento, o evento deu visibilidade ao sindicato, pois foi amplamente divulgado pela mídia local e foi visitado por mais de 1.300 pessoas. "Eventos dessa natureza são importantes para o fortalecimento da entidade. Conseguimos aproximar o Sescap-AP da sociedade, além de prestar um serviço de caráter social", explicou Márcio.

O Feirão do Imposto, que mostra aos consumidores a carga tributária embutida nos produtos, também chamou a atenção no estande do Sescap-AP. As pessoas têm idéia de que

os produtos são muito tributados, mas não tanto. A população ficava surpresa com o peso dos tributos nos produtos que consome e não se conformava com a fatia mordida pelo fisco.

A Feira do Empreendedor é um dos eventos de maior sucesso promovidos pelo Sebrae. Em um único local, colocam-se à disposição dos participantes informações sobre abertura de empresas, gestão empresarial, alternativas de negócios, novas tecnologias, cursos e treinamentos direcionados para o estímulo do empreendedorismo.

:: REGIÃO NORDESTE ::

Pernambuco

Alegria e descontração no campeonato de futebol promovido pelo Sescap-PE

Sempre apostando na integração e espírito participativo de todos os associados, o Sescap-PE realizou o Campeonato de Futebol do Sescap-PE 2005. O evento durou aproximadamente quatro meses e chegou ao seu final no dia 27 de novembro. Durante o campeonato, que teve início em agosto, as equipes demonstraram competência e espírito esportivo, garantindo assim

todo o sucesso do evento. Também não se pode esquecer das torcidas, que contribuíram desde o início para o clima de festividade e alegria que tomou conta dos jogos.

A final aconteceu entre as equipes da Assconta e Tecjur. Quem ficou com a medalha de ouro do Campeonato de Futebol do Sescap-PE 2005 foi o time da Assconta, que venceu a Tecjur por 11 x 5 e

tornou-se bicampeã. A disputa pelo terceiro lugar, entre os times da Alec e Acene, também muito acirrada (6 x 4), teve como vencedora a Alec e foi também uma vitória muito comemorada.

O fim do campeonato ocorreu em clima de grande alegria e descontração, em uma confraternização entre todos os participantes, além da premiação.

Alagoas

Nova diretoria toma posse no Sescap de Alagoas

No último dia 2 de dezembro, um grande evento marcou a posse da nova diretoria do Sescap-AL para o mandato 2006/2007. Foram empossados o presidente do Sescap, Luis Jorge César Teixeira; o primeiro vice-presidente, Mervaldo Wanderley Duarte; e mais 15 membros da nova diretoria, entre

secretário, tesoureiro, Conselho Fiscal, representantes junto ao Conselho da Fenacon e suplentes.

O evento ocorreu na cidade de Maceió e contou com a presença de aproximadamente 250 pessoas. Estiveram presentes o presidente da Fenacon, Carlos José de Lima e Castro, e muitas outras autoridades da área

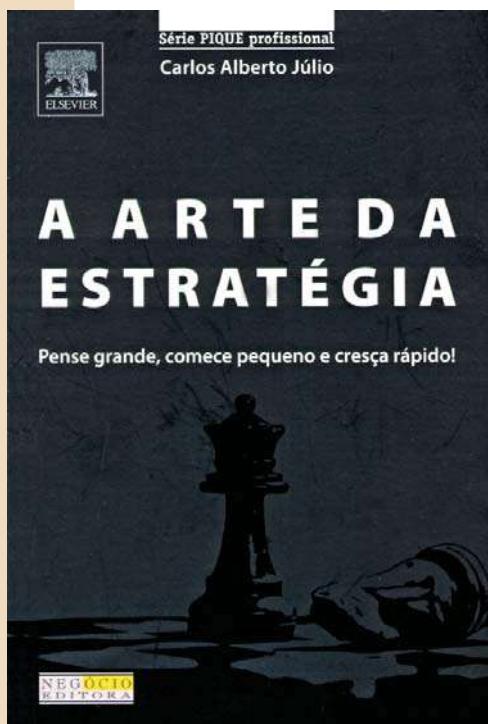
contábil, como o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martorio Alves Coelho; a presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, a alagoana Maria Clara Cavalcante Bugarim; além dos presidentes dos Sescons/Sescaps da região Nordeste, entre outras autoridades locais e nacionais do setor.





A arte da estratégia

Pense grande, comece pequeno e cresça rápido!



Alguém se lembra de onde veio a palavra portuguesa “estratégia”? Esse conceito parece sempre distante, pois é aplicado por especialistas, sempre em contextos que nos afastam dessa idéia. Os dicionários etimológicos nos dão uma pista. Chegou ao português por meio do latim, que havia colhido a palavra do grego. A palavra é parente de estratégia, estratégico, estrategista. O que poucos estão atentos é à origem militar da palavra. Em grego, *stratego*, o equivalente ao nosso soldado. Mas, nas últimas décadas, foi incorporada naturalmente no jargão de negócios, política e planejamento, em geral.

Em *A arte da estratégia*, Carlos Alberto Júlio se ocupa em mostrar que, para sobreviver no mundo dos negócios, o empresário tem de lançar mão de estratégias.

O autor começa falando que ter um “norte para suas ações” é a cha-

ve do sucesso para qualquer empreendimento. Aplicando tal preceito às empresas, recomenda que elas devem partir de sua realidade conhecida e estudada para alcançar os objetivos desejados. Seja pequena ou grande, local ou regional, nacional ou multinacional, nenhuma delas pode prescindir de uma visão estratégica.

A primeira coisa a fazer é desmistificar a noção de estratégia. Ela está aí mesmo, diante de nossos olhos, e só precisamos dirigir nossa atenção para o tipo de escolhas que estamos habituados a fazer e as que são necessárias (e possíveis) para se alcançar as metas, sejam elas de afirmação empresarial, expansão das vendas, redirecionamento dos negócios.

A arte da estratégia é o segundo livro da série Pique Profissional, da Editora Campus, cujo conteúdo faz uma revisão de algumas das principais estratégias e estrategistas, mostrando exemplos práticos da utilização de modelos consagrados.

Com a leitura dessa obra, pode-se aprender a importância de se saber o que se quer; também um modo de traçar metas anuais, nos planos pessoal, familiar, profissional e financeiro.

O autor, Carlos Alberto Júlio, é presidente da HSM do Brasil. Graduado em Administração de Empresas, com especialização em Comércio Exterior, pela Faculdade de Administração de São Paulo, Carlos Júlio possui MBA pela Pacific Southern University (Califórnia/EUA), especialização em

Marketing Estratégico pela Harvard Business School (Boston/EUA) e pelo IMD (Lausanne/Suíça) e especialização em Marketing Internacional pela London Business School (Londres/Inglaterra).

As dez regras para desenvolver uma estratégia

1. Tenha um norte para suas ações.
2. Descubra onde sua empresa está hoje.
3. Estabeleça objetivos desafiadores, mas alcançáveis.
4. Desenhe um caminho diferente de todos os demais.
5. Execute. Amarre a estratégia em ações práticas.
6. Controle é fundamental, o tempo todo.
7. Pense grande, comece pequeno e cresça rápido.
8. Eficácia operacional não é estratégia, mas é igualmente necessária.
9. Todos podem utilizar ferramentas acessórias.
10. Parte vital de uma estratégia são as pessoas que irão executá-la e, neste caso, só existe uma regra: a pessoa certa no lugar certo.

A arte da estratégia
De Carlos Alberto Júlio
Editora Campus
Preço: R\$26,00

SINDICATOS FILIADOS

SESCAP - ACRE

Pres.: Sérgio Castagna
End.: Av. Getúlio Vargas, 130, Sl. 206,
Centro – CEP: 69900-660 – Rio Branco/AC
Tel.: (68) 3223-3452
sescapac@ibest.com.br
www.sescap-ac.org.br

SESCAP - ALAGOAS

Pres.: Luiz Jorge Cesar Teixeira
End.: Rua Comendador Francisco Amorim
Leão, 240 A, Galeria Jardim Alagoas Center,
Sl. 19, Farol – CEP: 57.050-080 – Maceió/AL
Tel.: (82) 3032-5817
proconta@ig.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

SESCAP - AMAPÁ

Pres.: Márcio Lélio P. do Nascimento
End.: Av. Ana Nery, 1.148, Bairro Jesus de
Nazaré – CEP: 68908-190 – Macapá/AP
Tel.: (96) 3223-3947
sescap@tvson.com.br
www.sescap-ap.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - AMAZONAS

Pres.: Wilson Américo da Silva
End.: Rua Monsenhor Coutinho, 477, Sl. 5,
Centro – CEP: 69010-110 – Manaus/AM
Tel.: (92) 3233-2336
sesconam@vivax.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am
Cód. Sindical: 002.365.91072-0

SESCAP - BAHIA

Pres.: Fernando César Passos Lopo
End.: Av. Antonio Carlos Magalhães, 2.573,
Sl. 1.205/6, Ed. Royal Trade, Candeal de
Brotas – CEP: 40289-900 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3452-4082
sescapba@sescap-ba.org.br
www.sescap-ba.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - BAIXADA SANTISTA

Pres.: Orival da Cruz
End.: Av. Conselheiro Nébias, 592,
Boqueirão – Cep: 11045-002 – Santos/SP
Tel.: (13) 3222-4839
sesconsbs@sescbs.org.br
www.sesconsbs.org.br

SESCON - BLUMENAU

Pres.: Gelasio Francener
End.: Rua 15 de Novembro, 550, 10º
andar, Sl. 1.009/1.010 – CEP: 89010-901
Blumenau/SC
Tel.: (47) 326-0236
sesconblumenau@flynet.com.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - CAMPINAS

Pres.: Carlos José Tozzi
End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, Sl.
22, Ed. Sada Jorge, Centro
CEP: 13015-201 – Campinas/SP
Tel.: (19) 3239-1845
sesconcampinas@uol.com.br
www.sesconcampinas.org.br

SESCON - SERRA GAÚCHA

Pres.: Celestino Oscar Loro
End.: Rua Italo Victor Bersani, 1.134,
Jardim América – CEP: 95050-520
Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 223-4300
sescon@sesconcx.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCAP - CEARÁ

Pres.: Pretextato S. Quaresma
End.: Av. Washington Soares, 1.400,
Sl. 401, Edson Queiroz
CEP: 60811-341 – Fortaleza/CE
Tel.: (85) 3273-5083
sescapce@sescapce.org.br
www.sescapce.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88157-7

SESCON - DISTRITO FEDERAL

Pres.: Paulo Cesar Terra
End.: SCRS, Qd. 504, Bl. C, Subsolo, Lj.
61/64, Asa Sul, Entrada W2
CEP: 70331-535 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3226-2456
sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

SESCON - ESPÍRITO SANTO

Pres.: Rider Rodrigues Pontes
End.: Rua Quintino Bocaiuva, 16,
Edifício Navemar, Sl. 903, Centro
CEP: 29010-903 – Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-4936
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br
secretaria@sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

SESCON - GOIÁS

Pres.: Edson Cândido Pinto
End.: Rua 61, nº 146, Centro (Térreo)
CEP: 74045-080
Goiânia/GO
Tel.: (62) 3212-4477
sescongoias@sescnogoias.org.br
www.sescnogoias.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pres.: Maurício Melo
End.: Rua Felipe Schmidt, 303, 9º andar,
Ed. Dias Velho, Centro – CEP: 88010-903
Florianópolis/SC
Tel.: (48) 3222-1409
sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCAP - LDR

Pres.: José Joaquim Martins Ribeiro
End.: Rua Senador Souza Naves, 289,
Sobreléo, Ed. Euclides Machado
CEP: 86010-914 – Londrina/PR
Tel.: (43) 3329-3473
sescaplrd@sescaplrd.com.br
www.sescaplrd.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

SESCON - MARANHÃO

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
End.: Av. Jerônimo de Albuquerque,
s/nº, Sl. 201, Retorno do Calhau,
Casa do Trabalhador
CEP: 75074-220 – São Luís/MA
Tel.: (98) 3236.6971
sescon.ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - MATO GROSSO

Pres.: João dos Santos
End.: Rua São Benedito, 851, 1º andar,
Bairro Lixeira – CEP: 78010-800
Cuiabá/MT
Tel.: (65) 3623-1603
sescomm@terra.com.br
www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Pres.: Carlos Rubens de Oliveira
End.: Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681,
Jardim Monumento – CEP: 79071-030
Campo Grande/MS
Tel.: (67) 387-6094/387-5489
sescomms@sescomms.org.br
www.sescomms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - MINAS GERAIS

Pres.: João Batista de Almeida
End.: Av. Afonso Pena, 748, 24º andar
Centro – CEP: 30130-003
Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - PARÁ

Pres.: Paulo Otávio Bastos Baker
End.: Av. Presidente Vargas, 640, 5º andar,
Sl. 01, Ed. Selecto, Campina
CEP: 66017-000 – Belém/PA
Tel.: (91) 3212-2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.sescon-pa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

SESCON - PARAÍBA

Pres.: Rommel de Santana Freire
End.: Av. Miguel Couto, 251,
Sl. 1.003/1.004, Centro
CEP: 58010-770 – João Pessoa/PB
Tel.: (83) 3222-4583
nordesteconsult@uol.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - PARANÁ

Pres.: Mário Elmir Berti
End.: Rua Marechal Deodoro, 500,
11º andar, Edifício Império, Centro
CEP: 80010-911 – Curitiba/PR
Tel.: (41) 3222-8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89075-4

SESCAP - PERNAMBUCO

Pres.: Adelvani Braz da Silva
End.: Rua José Aderval Chaves, 78,
4º andar, Sl. 407/408, Boa Viagem
CEP: 51111-030 – Recife/PE
Tel.: (81) 3227-6324
sescapape@sescapape.com.br
www.sescapape.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

SESCON - PIAUÍ

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
End.: Av. José dos Santos e Silva, 2.090,
Sl. 201 – CEP: 64001-300 – Teresina/PI
Tel.: (86) 3222-6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - PONTA GROSSA

Pres.: Luiz Fernando Saffraider
End.: Rua XV de Novembro, 301, 6º andar,
Sl. 67/68, Ed. Dr. Elyseu
CEP: 84010-020 – Ponta Grossa/PR
Tel.: (42) 3028-1096
sesconpg@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

SESCON - RIO DE JANEIRO

Pres.: Guilherme Testes
End.: Av. Passos, 120, 7º andar, Centro
CEP: 20051-040 – Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2233-8899
sesconrj@sescn-rj.org.br
www.sescon-rj.com.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Pres.: Edson Oliveira da Silva
End.: Rua Segundo Wanderley, 855-B, Sl. 122,
Centro Empresarial Barro Vermelho
CEP: 59030-050 – Natal/RN
Tel.: (84) 3211-0269
sesconrn@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Pres.: Luiz Carlos Bohn
End.: Rua Augusto Severo, 168, São João
CEP: 90240-480 – Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3343-2090
sescon-rs@sescn-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

SESCAP - RONDÔNIA

Pres.: João Aramayo da Silva
End.: Av. Carlos Gomes, 2.292, Sl. 04,
Bairro São Cristóvão – CEP: 78901-200
Porto Velho/RO
Tel.: (69) 3026-2531/Fax: (69) 3224-1922
sescap-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

SESCON - RORAIMA

Pres.: Auxiliadora Oliveira de Araújo
End.: Rua Coronel Mota, 1.848, Centro
CEP: 69301-120 – Boa Vista/RR
Tel.: (95) 3624-4588
sesconrr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - SANTA CATARINA

Pres.: Luiz Antonio Martello
End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410,
3º andar, Bloco B, Sls. 306/308
CEP: 89201-906 – Joinville/SC
Tel.: (47) 433-9849
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

SESCON - SÃO PAULO

Pres.: Antônio Marangoz
End.: Av. Tiradentes, 960, Luz
CEP: 01102-000 – São Paulo/SP
Tel.: (11) 3328-4900
sesconsp@sescon.org.br
www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCON - SERGIPE

Pres.: José Cinicato Vieira Mello
End.: Rua Siriri, 496, Sl. 4, 1º andar
Centro – CEP: 49010-450 – Aracaju/SE
Tel.: (79) 3214-0722
sescapse@infonet.com.br
www.sescon-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - SUL-FLUMINENSE

Pres.: Vera Lúcia Pires Nunes
End.: Av. 17 de Julho, 280, Lj. 02, Aterrado
Ed. Minas Gerais
Volta Redonda/RJ – CEP: 27213-200
Tel.: (24) 3347-1298
sesconsul@uol.com.br
www.sescon-sulfluminense.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCAP - TOCANTINS

Pres.: Flávio Azevedo Pinto
End.: 104 Norte, ACNE 01, Cj. 01, Lt. 12
Sala B – CEP: 77006-016 – Palmas/TO
Tel.: (63) 3215-2438
sescapt@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

SESCON - TUPÃ

Pres.: Hamilton D. Ramos Fernandez
End.: Rua Carijós, 481, Centro
CEP: 17604-770 – Tupã/SP
Tel.: (14) 3496-6820
sescontupan@unisite.com.br
Cód. Sindical: 000.000.90844-4

Empresário de serviços, entre em contato com seu sindicato por e-mail. É mais rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.

Comece 2006 com novas oportunidades.



Aproveite o ano novo e dê uma virada na sua empresa.

Conheça as soluções Prosoft em:

- Relacionamento com Clientes
- Business Intelligence
- Gerenciamento de Documentos
- Gestão Comercial, Contábil e Financeira
- Administração de Processos
- Ponto Eletrônico

Os melhores softwares de gestão estão aqui.

Fáceis de usar, simples de instalar e com suporte sempre pronto para resolver suas dúvidas.

Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa.

Ligue e peça uma demonstração.



Somando soluções para obter resultados

www.prosoft.com.br

0800 551037